extra 28 Anos
www.ojornalextra.com.br
MACEIÓ-ALAGOAS ANO XXVIII - Nº 1389 - 07 A 13 DE NOVEMBRO DE 2026

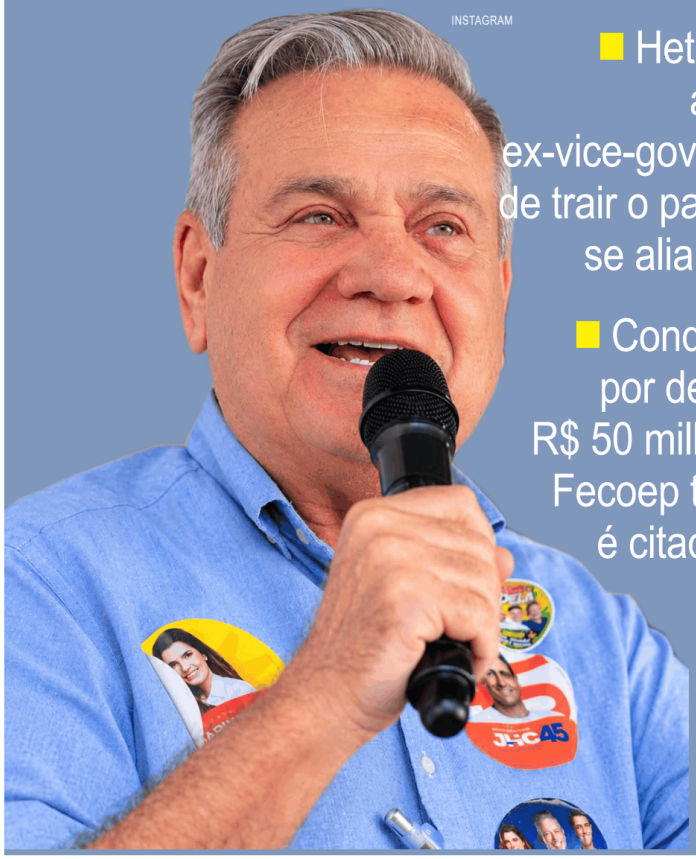
COLUNA SURURU
Se optar pelo confronto, JHC não terá vida fácil na Assembleia Legislativa
Governo do DF prepara venda do BRB para o banco BTG Pactual 2

GABRIEL MOUSINHO
Alfredo Gaspar pode ser convocado para atuar na segurança em São Paulo 4

PEDRO OLIVEIRA
Senador Renan Filho é voz isolada na bancada alagoana pelo fim das bets 19

Advogado pede expulsão de Ronaldo Lessa do PDT

INSTAGRAM



- Heth César acusa o ex-vice-governador de trair o partido ao se aliar a JHC
- Condenação por desvio de R$ 50 milhões do Fecoep também é citada 16 e 17

SEM CENSURA

DEPUTADO QUER VETAR MANIPULAÇÃO DA PUBLICIDADE OFICIAL CONTRA VEÍCULOS DE IMPRENSA

PROJETO DE RONALDO MEDEIROS BUSCA EVITAR USO DE VERBA PÚBLICA COMO 'MOEDA DE TROCA' 6 e 7

ALE



SERVIDORES ACUSAM TCE DE GASTAR R$ 1 MILHÃO EM REFORMA DE GABINETE

OBRAS TERIAM SIDO CONTRATADAS SEM LICITAÇÃO; MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA AS DENÚNCIAS 3

IPIOCA

BARRAQUEIROS DENUNCIAM PERSEGUIÇÃO DE HOTÉIS E POUSADAS 13

COLUNA SURURU DA REDAÇÃO

"Jornalismo é oposição. O resto é armazém de secos e molhados"
(Millôr Fernandes)

O preço da vitória

1- Sem maioria na Assembleia Legislativa o governador eleito precisará negociar com os novos deputados para garantir a governabilidade de seu mandato a partir de janeiro. JHC sabe que não terá vida fácil no Poder Legislativo dada a hostilidade de parte dos parlamentares desde a época em que foi deputado estadual quando alavancou sua carreira política denunciando irregularidades na Assembleia Estadual.

2- Para ter maioria no Legislativo JHC precisará fazer alianças, distribuir cargos no governo e premiar deputados com a distribuição de recursos para suas bases eleitorais numa espécie de Pixuleco oficial. Esse processo, pouco republicano, é defendido por alguns aliados de JHC como saída para romper a barreira oposicionista de uma Assembleia hostil.

3- O Orçamento do Estado para 2026 reservou R$ 281 milhões para emendas parlamentares impositivas, garantindo mais de R$ 10 milhões para cada um dos 27 deputados. Em 2027 esses valores podem dobrar com a aprovação da PEC 101/2026, que já passou pelo crivo da CCJ. Com isso, cada deputado receberá R$ 20 milhões em emendas impositivas e de bancada.

4- Mesmo com toda essa dinheirama para investir em redutos eleitorais, boa parte dos parlamentares não deve resistir à tentação de uma "emenda secreta" do governo para ampliar sua influência junto aos eleitores. Afinal, Delfim Netto já dizia que o bolso é o órgão mais sensível do corpo humano.

5- A alternativa do enfrentamento ao Legislativo – defendida pelos mais radicais em nome da moralidade pública – envolve corte de verbas suplementares, contestação dos atos legislativos praticados no apagar das luzes do atual governo e outras medidas de confronto, que certamente não interessa a nenhum dos lados.

TCE na berlinda

Servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) estão insatisfeitos com a reforma no gabinete do presidente Bruno Toledo, que dizem ter custado perto de R$ 1 milhão sem licitação. A denúncia foi formalizada junto ao Ministério Público Estadual, mas até agora a Ouvidoria do órgão não se mexeu.
O gasto milionário não combina com o projeto de reforma administrativa que cria 200 cargos efetivos e congela o salário dos servidores antigos. Ao assumir o TCE a primeira medida do presidente Bruno Toledo foi demitir os comissionados e decretar aperto geral nas contas do tribunal.
"Faça o que eu digo; não faça o que eu faço", é a política do presidente do TCE, que será reeleito até final do mês.

Correção

A coluna publicou na edição passada que o senador Renan Calheiros assumiria a vaga de Marina Candia em caso de perda de mandato por inelegibilidade no processo que tramita no TSE.
Nessa hipótese, haverá eleição suplementar em que Renan e outros candidatos que disputaram o pleito de outubro podem concorrer, menos Marina Candia por conta da eventual inelegibilidade.
O processo contra Marina tem origem em um Recurso Ordinário Eleitoral em que o MDB pede a impugnação de sua candidatura por não ter se afastado do Conselho de Administração do Cesmac no prazo da lei.

Fim de linha

Após pedir a expulsão de Ronaldo Lessa do PDT, o decano do partido em Alagoas advogado Heth César Bismark fará uma representação ao MP visando impedir a nomeação do ex-governador para a presidência do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecoep). O pedetista alega que Lessa foi condenado por desvio de R$ 50 milhões do fundo durante seu governo.

Téo agradece

Depois de Téo Vilela Filho, JHC poderá ser o próximo alagoano a presidir o PSDB nacional. O governador eleito de Alagoas é cotado para substituir o mineiro Aécio Neves, que perdeu a eleição para o Senado.

Golpe paraguaio

Um escândalo financeiro de 850 milhões de dólares derrubou o presidente do Paraguai três dias depois da quebra do banco digital Ueno Bank. Por aqui, o maior golpe financeiro da história – R$ 60 bilhões do Banco Master – faz um ano e até agora ninguém foi condenado.

Perigo do pato manco

"A derrota deixa Donald Trump mais perigoso. O maior risco agora é que, diante da perspectiva de perder a Casa Branca em dois anos, Trump decida acelerar suas investidas autoritárias".
ALLAN LICHTMAN, PhD por Harvard.

Destino do BRB

O governo do Distrito Federal estaria preparando a venda do BRB para o banco BTG Pactual, que assumiria a operação com pagamento de dois anos de salário dos servidores. Com um rombo de R$ 23 bilhões, o BRB corre o risco de ser liquidado pelo Banco Central por má gestão e insolvência.
Vale lembrar que o BRB hoje sobrevive praticamente da receita de R$ 30 bilhões em depósitos judiciais de cinco estados, incluindo cerca de R$ 4 bilhões de Alagoas. A cúpula do Tribunal de Justiça deve ficar de orelha em pé.

extra 28 Anos
MACEIÓ - ALAGOAS
www.ojornalextra.com.br

EDITORA NOVO EXTRA LTDA
CNPJ: 04246456/0001-97
Av. Aspirante Alberto Melo da Costa,796
Ed. Wall Street Empresarial Center
Sala 26 - Poço - Maceió - AL
CEP: 57.000-580
EDITOR
Fernando Araújo

CONSELHO EDITORIAL
Luiz Carnaúba (presidente),
Mendes de Barros
e Maurício Moreira

SERVIÇOS JURÍDICOS
Rodrigo Medeiros

ARTE
Fábio Alberto - 99812-6208
Paulo Holanda - Design
REDAÇÃO - DISK DENÚNCIA
contato@novoextra.com.br

As colunas e artigos assinados não expressam necessariamente a opinião deste jornal







Aquisição de móveis e reforma do gabinete da presidência do TC chamam atenção de antigos servidores

INVESTIGAÇÃO

MP recebe três denúncias sobre obras e compra de móveis no Tribunal de Contas

Representações protocoladas entre agosto e outubro de 2026 questionam a transparência das contratações

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

O Ministério Público de Alagoas (MPAL) recebeu, entre agosto e outubro de 2026, três denúncias relacionadas a possíveis irregularidades em obras e na aquisição de móveis para as dependências da presidência do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL). As manifestações questionam a transparência das contratações, a divulgação dos valores gastos e a identificação das empresas responsáveis pelos serviços.

As denúncias foram registradas em 12 de agosto, 1º de setembro e 7 de outubro, sob os protocolos 11.2026.00002786-4, 11.2026.00003031-4 e 11.2026.00003412-1, respectivamente. Nas capturas de tela encaminhadas ao EXTRA ALAGOAS, as três manifestações aparecem como "em andamento". A autora das representações, que se identifica como servidora pública com mais de 30 anos de serviço, solicitou a preservação de sua identidade por receio de possíveis consequências profissionais.

Segundo a denunciante, consultas aos canais públicos de transparência do TCE-AL não permitiram localizar informações consideradas suficientes sobre os procedimentos administrativos relacionados às intervenções na área da presidência. Entre os dados questionados estão os valores estimados e contratados, a identificação das empresas executoras, os processos administrativos e os documentos que fundamentaram as contratações.

Nas manifestações, a servidora pede que o Ministério Público verifique se houve procedimentos licitatórios ou contratações diretas, bem como as respectivas justificativas legais, quando aplicáveis. Também solicita a identificação dos responsáveis técnicos, dos servidores encarregados da fiscalização e dos valores efetivamente empenhados, liquidados e pagos.

Os questionamentos incluem a aquisição de móveis destinados às instalações do Tribunal. A denunciante afirma ter apresentado informações relacionadas às obras e ao mobiliário, solicitando esclarecimentos sobre fornecedores, valores e procedimentos de contratação.

Informações complementares encaminhadas ao EXTRA mencionam uma estimativa de despesas superiores a R$ 1 milhão com as intervenções e aquisições. O valor, entretanto, não foi comprovado por contratos, planilhas ou documentos financeiros, não sendo possível confirmar o montante.

As representações também levantam dúvidas sobre as condições de trabalho dos profissionais envolvidos nas obras. A denunciante relata possível falta de identificação dos trabalhadores, questiona a utilização de equipamentos de proteção individual e menciona a aparente ausência de placa informativa sobre a execução dos serviços. Diante dessas observações, solicita a verificação do cumprimento das exigências técnicas e de segurança.

Além dos questionamentos dirigidos ao TCE, a servidora cobra providências do próprio Ministério Público. Na segunda manifestação, registrada em setembro, ela relata não ter identificado avanços na apuração. Já no protocolo de outubro, faz referência à denúncia inicial e afirma que, apesar da conclusão e do mobiliamento da obra, ainda não havia recebido esclarecimentos considerados satisfatórios sobre as providências adotadas.

A denunciante menciona ainda a intenção de encaminhar os fatos à Polícia Federal, diante de questionamentos relacionados a possíveis obrigações tributárias decorrentes dos serviços executados. Nas representações, a servidora ressalta que não questiona a necessidade de reformas ou melhorias nas instalações do Tribunal de Contas. Segundo ela, o objetivo é esclarecer a regularidade dos procedimentos administrativos, a aplicação dos recursos públicos e a transparência das despesas.

O que diz o TCE

O EXTRA manteve contato com a assessoria do TCE pedindo que a Corte de Contas se posicionasse sobre o assunto. A informação é de que não houve ainda qualquer comunicado oficial sobre a questão.

Igualmente procurado pelo semanário, o Ministério Público Estadual afirmou que as denúncias estão com a coordenação da Fazenda Pública Estadual para distribuição.



GABRIEL MOUSINHO

gabrielmousinho@bol.com.br

O destino de Alfredo Gaspar

Sem mandato a partir de 2027, mas com projeção nacional obtida pela sua atuação como relator da CPMI do INSS e candidatura a vice-presidente da República, Alfredo Gaspar pode surpreender e ser convidado para participar de projeto de segurança em São Paulo ou Rio de Janeiro.
Como ficou claro um ligeiro distanciamento do governador eleito JHC e Gaspar durante a campanha política pelo primeiro ficar neutro na eleição para presidente, dificilmente o xerife da CPMI do INSS ficará por aqui. Com cacife suficiente para superar esses contratempos, Alfredo já é sinônimo na política alagoana.

Mágoa

O ex-candidato a vice-presidente de Flávio Bolsonaro plantou e deve colher bons frutos daqui pra frente, embora tenha saído da intensa campanha com um pontinho de mágoas de aliados que só o tempo pode apagar. Prefeitura de Maceió em 2028? É uma das possibilidades e pode realmente acontecer.

Sem encosto

A campanha de JHC ao governo do Estado deixou para seus participantes um grande aprendizado e lições que serão aproveitadas em outros embates políticos. Dificuldade de manter alianças salvo quando a canoa poderia virar e protagonismo pessoal, podem refletir futuramente, mas só tempo dirá. Ou seja, ninguém tem sucesso querendo jogar sozinho.

Mal-estar

ASCOM TCE



Paulo Dantas manteve a palavra de fazer uma transição do governo com transparência, mas em um primeiro momento recebeu como troco de JHC liminar na justiça sustando a indicação do conselheiro do Tribunal de Contas Otávio Lessa para a Arsal. Na sexta, a indicação foi mantida pelo TJ.

EDVAN FERREIRA/AGÊNCIA ALAGOAS



Incerteza

Com essa disputa, não se sabe ao certo qual o comportamento do governador Paulo Dantas, que estaria interessado em se transferir para o TC, mas observa que o projeto está complicado.

Interferência

Como o presidente Lula foi reeleito e integra o grupo do PT e do MDB, pode ser que intermediários recorram ao Planalto para interceder na briga local, colocando panos mornos nos embates.

A onda cresce

Essas movimentações do grupo do governador eleito têm dado mostras de que o tiroteio será intenso até a posse no dia 6 de janeiro. JHC já está ensaiando medidas nas quais a Arsal está incluída e deve vir por aí a privatização da Ceasa.

Embate

Acostumado a ganhar desde quando entrou na vida pública, JHC vai experimentar um embate duro com a Assembleia Legislativa, especialmente com o grupo comandado pelo deputado Marcelo Victor, adversário que pode botar farinha no ventilador nos projetos oriundos do Palácio República dos Palmares.

Agravado

Mesmo que aparentemente o relacionamento entre Paulo Dantas e JHC seja republicano, a situação se agravou nos últimos dias e o governador foi às redes sociais e desceu a lenha em JHC com graves denúncias.

Sem solução

Para quem acompanha os dois desde longo tempo, o embate apenas começou e, até a posse do novo governador, o pau vai cantar de todos os lados. Para os mais entendidos, instala-se uma disputa com projetos políticos por mais 30 anos e tudo pode acontecer.

Apenas começando

Como existem divergências entre as equipes do atual governo e de JHC sobre o fornecimento de informações, sobretudo no campo econômico-financeiro, outros lances estão previstos para acontecer.

Desdobramentos

Certamente e em pouco tempo, a briga chega na Assembleia Legislativa, onde Dantas conta com o apoio de Marcelo Victor que deverá liderar um bloco de oposição na Casa de Tavares Bastos.

Judicializando

Pelo que já deu a entender no caso da aprovação do nome de Otávio Lessa para Arsal, outros projetos de relevância aprovados pela Assembleia Legislativa serão questionados por JHC. Ou seja, a briga que começou agora está longe de terminar.

Grana no meio

No final de semana o governador Paulo Dantas usou as redes sociais e fez graves denúncias contra JHC sobre o recebimento de recursos oriundos da BRK Ambiental, troco que deverá ser dado pelo futuro governador a qualquer momento.

Petróleo e gás: curso do SENAI prepara profissionais para novas oportunidades



Setor registra investimentos bilionários em expansão no estado

O futuro da indústria de petróleo e gás ganha novos contornos em Alagoas, impulsionado por investimentos em termelétricas, armazenamento e distribuição de gás natural. Esse cenário abre perspectivas para quem deseja ingressar ou crescer profissionalmente em um dos setores estratégicos da indústria.

Entre os projetos em andamento estão a implantação de sete usinas termelétricas a gás natural pela Origem Energia, nos projetos Pilar e Manguaba, e uma UTE da Mercurio Partners, ambas com previsão de operação a partir de 2028.

O estado também avança com a autorização da ANP para um projeto pioneiro de estocagem subterrânea de gás natural em Pilar. Já a Algás planeja ampliar a rede de distribuição em mais de 600 quilômetros. Na região, o projeto Sergipe Águas Profundas, da Petrobras, também integra esse movimento, com previsão de produção a partir de 2030.

Além das grandes obras, essa expansão movimenta uma cadeia de atividades que exige profissionais qualificados em operação, processamento, manutenção, logística e segurança industrial.

Nesse contexto, o curso Técnico em Petróleo e Gás do SENAI Alagoas, que está com matrículas abertas, representa uma oportunidade tanto para quem deseja ingressar no segmento quanto para quem quer ampliar sua atuação profissional, especialmente para quem já possui formação industrial, como em Petroquímica.

A formação capacita profissionais para operar e supervisionar processos da cadeia produtiva de petróleo e gás, incluindo produção, processamento, movimentação e armazenamento. A grade curricular reúne conteúdos de química, física e matemática aplicada, além de conhecimentos específicos sobre perfuração e completação de poços, processamento de petróleo e gás natural, refino, tubulações, válvulas, logística e utilidades industriais.



Área exige competências

Habilidades

Os alunos também desenvolvem competências em automação e controle, manutenção, gestão da produção, qualidade, segurança do trabalho e meio ambiente.



Curso do SENAI prepara profissionais qualificados

Qualificação para avançar na carreira

Com formação alinhada às necessidades da indústria, o SENAI prepara profissionais para lidar com processos produtivos cada vez mais complexos. O curso é indicado também para quem já concluiu qualificações em áreas como Plástico, Eletrotécnica, Eletromecânica, Química e Automação Industrial, além de profissionais de instrumentação e manutenção.

Após a conclusão, é possível ampliar os conhecimentos com formações complementares, como Instrumentação Industrial e Destilação Industrial.

Para quem deseja acompanhar o crescimento do setor energético, a qualificação é um passo importante para aproveitar as oportunidades que surgem em Alagoas.

Informações sobre o curso Técnico em Petróleo e Gás estão disponíveis no endereço al.senai.br/curso/tecnico-em-petroleo-e-gas ou pelo telefone (82) 2121-3030.

FIEA IEL SESI SENAI

PROJETO CRESCER CELEBRA 30 ANOS DE HISTÓRIAS, AMOR E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM EVENTO EMOCIONANTE NO CESMAC

Confira mais em: cesmac.edu.br/noticias
Produção: ascom/marketing

CESMAC



Uma tarde inesquecível, repleta de emoção, homenagens e histórias de vidas transformadas marcou a celebração dos 30 anos do Projeto Crescer, realizada no Centro Cultural João Sampaio. Iniciativa de responsabilidade social do Cesmac e da Fundação Educacional Jayme de Altavila (Fejal), o projeto comemorou três décadas de amor, acolhimento e compromisso com a comunidade, em uma trajetória que já beneficiou 1.643 crianças e aproximadamente 3.740 idosos.

Mais do que celebrar uma data, o encontro foi um momento de reconhecer histórias, valorizar conquistas e reafirmar o compromisso de uma instituição que, há três décadas, transforma a educação em instrumento de inclusão, cidadania e esperança.

Ao longo desses 30 anos, o Projeto Crescer se consolidou como uma das mais importantes expressões da responsabilidade social do Cesmac e da Fejal. Uma iniciativa que ultrapassa os limites das salas de aula e alcança famílias inteiras, oferecendo oportunidades, fortalecendo vínculos e mostrando que o cuidado com o próximo também faz parte da missão de educar.

Cada criança acolhida, cada idoso atendido e cada história construída representam o verdadeiro significado dessa trajetória. São vidas que encontraram no projeto não apenas atividades educativas e sociais, mas também afeto, pertencimento e novas perspectivas de futuro.

À frente do Projeto Crescer desde sua criação, o coordenador Brancildes acompanha de perto essa história de dedicação e transformação. Sua trajetória se confunde com a própria existência do projeto, marcada pelo compromisso com a dignidade humana, a inclusão social e a valorização de cada pessoa atendida.

O trabalho desenvolvido também fortalece a integração entre ensino, extensão universitária e responsabilidade social, aproximando estudantes e professores da realidade da comunidade e contribuindo para uma formação acadêmica mais humana, sensível e comprometida com a sociedade.

A celebração dos 30 anos representou, acima de tudo, um reconhecimento à força de um projeto que atravessa gerações e continua fazendo a diferença na vida de milhares de pessoas.

Porque há histórias que não podem ser contadas apenas em números. Elas estão nos sorrisos, nos abraços, nas oportunidades conquistadas e nas lembranças que permanecem para sempre.

Aos 30 anos, o Projeto Crescer reafirma que a maior transformação promovida pela educação acontece quando o conhecimento encontra o amor, a solidariedade e o compromisso de cuidar de pessoas.



LIBERDADE DE IMPRENSA

Deputado quer impedir que governo use verba pública como 'moeda de troca'

Projeto vita evitar o uso de publicidade oficial para punir veículos críticos ao Executivo estadual

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

Após uma eleição marcada pela judicialização de conteúdos publicados por veículos de imprensa e jornalistas, além de suspeitas de uso de verbas públicas para influenciar a cobertura jornalística, um projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) pretende estabelecer mecanismos de proteção à liberdade editorial. A proposta é do deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT) e poderá alcançar a gestão do governador eleito JHC (PSDB), a partir de 2027.

Protocolado em 27 de outubro, o Projeto de Lei Ordinária nº 2.164/2026 busca impedir que a publicidade institucional seja utilizada como instrumento de pressão, favorecimento ou retaliação contra empresas de comunicação. A iniciativa surge após uma campanha eleitoral marcada por disputas judiciais envolvendo os grupos políticos de JHC e Renan Filho (MDB), com pedidos de retirada de reportagens, suspensão de conteúdos e restrições a emissoras.

A principal mudança está no artigo 6º, que impede a escolha, exclusão, redução de investimentos ou descredenciamento de veículos por motivos relacionados ao conteúdo publicado. A proibição abrange decisões tomadas contra empresas e profissionais por críticas, investigações jornalísticas ou posicionamentos políticos lícitos. Na prática, a proposta busca impedir que o governo favoreça veículos alinhados à administração ou retire publicidade daqueles que publiquem reportagens críticas. Também veda condicionamentos relacionados à retirada de conteúdos lícitos, à omissão de notícias ou à identificação de fontes jornalísticas protegidas.

ALE



Proposta é do deputado estadual Ronaldo Medeiros

Na justificativa apresentada à Assembleia, Medeiros afirma que a iniciativa protege a liberdade de imprensa e impede que o orçamento publicitário seja utilizado "como instrumento de prêmio ou retaliação". O projeto não cria a obrigação de contratar todos os veículos nem garante valores mínimos de publicidade. A escolha continuará vinculada a critérios técnicos, como audiência, circulação, alcance, capacidade de entrega e pertinência com o público de cada campanha.

Outra exigência é a transparência dos pagamentos. O governo deverá divulgar informações sobre campanhas, veículos beneficiados, valores e justificativas para as escolhas. A proposta também contempla a participação de veículos regionais e do interior, além de preservar competências do Conselho Estadual de Comunicação Social.

Levantamento apontou 183 processos

A discussão ocorre após uma campanha eleitoral marcada pela judicialização da cobertura política. Levantamento preliminar divulgado pelo portal 082 Notícias ainda em setembro já havia identificado 183 processos envolvendo jornalistas, veículos, comunicadores e produtores de conteúdo em Alagoas. Dessas ações, 172 tramitavam na Justiça Eleitoral e 11 na Justiça Comum. A Federação PSDB/Cidadania aparecia como autora de 122 processos, enquanto a coligação Alagoas Gigante, ligada a JHC, respondia por 50. O próprio então candidato figurava como autor de outras 11 ações na relação.

Os números, entretanto, não representam um balanço oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), tampouco o total definitivo da campanha. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) esclareceu que não participou da pesquisa e não pode atestar sua metodologia.

Entre os veículos mais acionados estavam Folha de Alagoas, Jovem Pan News Maceió, Jornal EXTRA, Tribuna do Sertão e CBN Maceió. O EXTRA também havia identificado, em junho, pelo menos 35 processos movidos diretamente por JHC contra jornalistas, empresas e comunicadores, em levantamento de escopo diferente.

Boa parte das disputas envolveu a cobertura dos investimentos de R$ 117 milhões realizados pelo Iprev Maceió no Banco Master. A defesa de JHC sustentou, em diferentes processos, que publicações apresentavam acusações indevidas ou informações descontextualizadas, atingindo sua honra e imagem.

Em agosto, o próprio Jornal EXTRA teve de retirar do Instagram um vídeo que reproduzia declarações feitas por Renan Filho durante um discurso político. A medida foi determinada após representação da coligação de JHC contra 16 perfis que divulgaram trechos da fala do então candidato do MDB.

Ações também partiram do grupo de Renan Filho

A judicialização não ficou restrita aos aliados de JHC. O MDB recorreu à Justiça contra publicações de veículos e perfis, como Quarto Poder e Chicão Repórter, sob alegações de propaganda eleitoral irregular e divulgação de conteúdos capazes de prejudicar Renan Filho.

Em setembro, uma ação da coligação de Renan Filho levou o TRE-AL a determinar a suspensão da programação de nove emissoras de rádio e o bloqueio de dez perfis nas redes sociais. O grupo alegava possível favorecimento eleitoral à candidatura de JHC.

A medida foi revertida em 30 de setembro pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nunes Marques, que considerou excessiva a suspensão integral das emissoras. O ministro manteve, contudo, a proibição de tratamento privilegiado a candidatos ou partidos.

Outro episódio envolveu o portal Mídia Caeté, alvo de uma representação apresentada pelo MDB após reportagem sobre uma suposta oferta de dinheiro a estudantes para comparecer a um evento político com o deputado federal Rafael Brito (MDB). A Justiça determinou a retirada da publicação, decisão contestada por entidades de defesa do jornalismo.

O projeto de Ronaldo Medeiros também não altera as regras eleitorais nem impede políticos de recorrer à Justiça contra informações falsas ou conteúdos ilícitos. Seu alcance é administrativo: estabelecer limites para o uso de recursos públicos destinados à publicidade governamental.

Até quinta-feira, 5, a matéria aguardava designação de relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa. Para produzir efeitos, ainda precisa superar a tramitação legislativa, ser aprovada pelos deputados e receber sanção, seja de Paulo Dantas (MDB) ou de JHC (PSDB).





REPASSES

Ministério da Saúde anuncia mais de R$ 30 milhões para Alagoas

São 24 municípios contemplados com recursos para atenção primária e aquisição de equipamentos

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Recursos vão fortalecer atendimento na rede pública vinculada ao SUS

O Ministério da Saúde autorizou ou estabeleceu repasses que somam R$ 30.635.606,95 para a saúde em Alagoas, conforme 17 portarias publicadas no Diário Oficial da União. Os recursos abrangem o custeio da atenção primária e especializada, a aquisição de equipamentos e incentivos de vigilância em saúde. As publicações não significam que os valores já tenham sido depositados.

A maior parte do montante publicado na edição de terça-feira, 3, com o valor de R$ 18.709.793, está vinculada ao incremento temporário do custeio da atenção primária. Esse grupo reúne autorizações para 11 municípios, com recursos previstos em quatro portarias. O dinheiro está associado a emendas parlamentares e deverá seguir os procedimentos de transferência do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Porto Calvo concentra a maior autorização individual nessa modalidade: R$ 4,9 milhões. A quantia aparece na Portaria GM/MS nº 12.320, que também contempla União dos Palmares, com R$ 1.588.406, e Joaquim Gomes, com R$ 1 milhão. Somadas, as três propostas correspondem a R$ 7.488.406. Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde.

São Luís do Quitunde aparece em outra portaria, a de nº 12.434, com duas propostas de R$ 3 milhões e R$ 200 mil, totalizando R$ 3,2 milhões. O mesmo ato autoriza R$ 1,6 milhão para Matriz de Camaragibe e R$ 1 milhão para Paripueira. Ao todo, essa portaria reserva R$ 5,8 milhões para os três municípios.

Uma terceira relação, publicada na Portaria 12.437, prevê R$ 5 milhões para quatro cidades: Penedo e Taquarana, com R$ 1,5 milhão cada, e Anadia e Olho d'Água das Flores, com R$ 1 milhão para cada uma. Murici também consta entre os beneficiados, com R$ 421.387 previstos na Portaria 12.338.

A atenção primária corresponde aos serviços básicos de saúde e ao acompanhamento regular da população na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Embora as portarias identifiquem a modalidade de custeio, elas não detalham quais despesas específicas cada prefeitura realizará. Por isso, os valores não podem ser apresentados como obras, contratações ou compras já executadas.

Equipamentos e atendimento especializado

Outro conjunto de nove portarias destina R$ 6.443.545 à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde. A Portaria 12.321 reúne sete propostas, somando R$ 3.048.049 para Belo Monte, Cacimbinhas, Campestre, Estrela de Alagoas, Lagoa da Canoa, Porto de Pedras e Senador Rui Palmeira.

Nesse grupo, Lagoa da Canoa tem R$ 799.864 autorizados; Belo Monte, R$ 499.988; e Senador Rui Palmeira, R$ 499.487. Campestre aparece com R$ 349.994, Cacimbinhas com R$ 300 mil, Estrela de Alagoas com R$ 299.992 e Porto de Pedras com R$ 298.724. Os anexos trazem os números das propostas e os códigos das emendas parlamentares.

"Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde", reforçou a publicação.

Santana do Ipanema também se destaca na relação, com seis propostas distribuídas em quatro portarias, que somam R$ 2.509.681 para equipamentos. A maior autorização individual para o município é de R$ 1.498.182, prevista na Portaria 12.445. Há ainda propostas de R$ 527.352, R$ 195.032, R$ 107.405, R$ 92.142 e R$ 89.568.

Porto de Pedras aparece em três portarias e acumula R$ 696.488 para equipamentos. Além dos R$ 298.724 previstos na Portaria 12.321, o município foi contemplado com R$ 63.351 na Portaria 12.360 e R$ 334.413 na Portaria 12.405. Ibateguara e Japaratinga também estão entre os beneficiados, com R$ 300 mil e R$ 188.051, respectivamente.

Na atenção especializada, três autorizações totalizam R$ 2.173.011. São Miguel dos Campos responde por R$ 1.070.011, distribuídos em dois lançamentos de uma mesma proposta. Pilar tem R$ 1 milhão previsto, enquanto Campo Grande aparece com R$ 103 mil. São valores destinados ao custeio de serviços especializados, não à compra de equipamentos.

A Portaria 12.450 define a finalidade como "incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde". Os atos analisados não informam que esses atendimentos já tenham sido ampliados ou que o dinheiro tenha sido utilizado.

Incentivos alcançam os 102 municípios

Além das propostas destinadas a municípios específicos, a Portaria GM/MS nº 12.452 estabelece R$ 3.309.257,95 para Alagoas no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS). Desse total, R$ 871.017,61 cabem ao Fundo Estadual de Saúde; os outros R$ 2.438.240,34 correspondem aos incentivos municipais.

O programa considera o resultado da avaliação de metas de 2025, com repasse previsto para 2026. Todos os 102 municípios alagoanos constam do anexo. Maceió aparece com R$ 764.081,72 e Arapiraca, com R$ 139.444,88. Os valores destinados a cada cidade variam conforme os critérios de avaliação e os resultados registrados no programa federal.

"Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão solicitar a verificação ou a retificação dos resultados de que trata esta Portaria no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria."

O valor nacional de R$ 196,7 milhões citado nessa portaria não corresponde ao montante reservado a Alagoas. Para calcular os R$ 30,6 milhões identificados para o estado, foram considerados apenas os valores atribuídos ao governo alagoano e aos municípios nos respectivos anexos, sem incluir totais nacionais ou repetir lançamentos de uma mesma proposta.

Transferências ainda dependem de procedimentos

Os atos foram assinados em 29 de outubro e publicados na edição de 3 de novembro do Diário Oficial da União. As portarias de custeio e de equipamentos determinam que as propostas sejam processadas no InvestSUS e que o Fundo Nacional de Saúde providencie as transferências aos fundos de saúde, após o atendimento das condições exigidas para cada modalidade.

A Portaria 12.320 prevê que os recursos sejam transferidos em parcela única, conforme os processos de pagamento instruídos pela secretaria responsável. A mesma regra aparece em outros atos analisados, mas isso não significa que o pagamento tenha ocorrido automaticamente na data da publicação.



"A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde." A exigência segue as regras da Lei Complementar nº 141/2012, que trata da aplicação de recursos públicos em ações e serviços de saúde. Os municípios beneficiados deverão prestar contas da utilização das verbas, respeitando a finalidade indicada em cada proposta.



ORELHÃO DE VOLTA

Ícone brasileiro é reinventado para ajudar quem faz das ruas seu local de trabalho

Iniciativa será lançada em Belo Horizonte com proposta de se estender a todo o país

ADRIANA AYRES
Assessoria

Uma inovação brasileira resgata um dos maiores símbolos urbanos do país e transforma o antigo telefone público em um ponto de apoio gratuito para milhões de trabalhadores.

Durante mais de cinco décadas os orelhões fizeram parte da paisagem e da história afetiva dos brasileiros. Foram testemunhas de encontros, despedidas, notícias importantes, declarações de amor e momentos que marcaram gerações.

Agora, justamente quando o país se despediu desses equipamentos, uma iniciativa brasileira propõe uma transformação surpreendente: trazer o Orelhão de volta, com uma nova missão social.

O projeto apresenta uma nova geração do equipamento, que deixa de conectar pessoas por telefone para oferecer algo igualmente essencial na vida contemporânea: apoio a quem passa o dia inteiro nas ruas trabalhando.

Com água potável gelada e micro-ondas gratuitos, o novo Orelhão nasce para atender entregadores, motoristas de aplicativos, taxistas, profissionais de logística e milhões de brasileiros que fazem das ruas seu ambiente de trabalho.

A proposta é simples, mas pode representar uma mudança importante na rotina e no orçamento dessas pessoas: permitir que elas abasteçam suas garrafinhas de água e aqueçam suas próprias refeições durante o expediente, sem pagar pelo serviço.

Em um país onde muitos profissionais passam de 10 a 16 horas longe de casa, alimentar-se e manter-se hidratado pode representar uma despesa significativa. Uma refeição que custa R$ 25 em um estabelecimento comercial pode ser substituída, por exemplo, por uma opção de supermercado de aproximadamente R$ 12, aquecida gratuitamente no equipamento.

Considerando essa diferença diariamente, a economia pode chegar a cerca de R$ 400 por mês, dependendo da frequência de utilização.

Mais do que oferecer um micro-ondas e água gelada, a iniciativa propõe levar para o espaço público pequenas comodidades que normalmente só encontramos dentro de casa. É uma maneira de reconhecer as necessidades de uma parcela da população que movimenta a economia, realiza entregas, transporta passageiros e mantém as cidades funcionando, mas que ainda enfrenta dificuldades para encontrar pontos de apoio durante a jornada.

ASSESSORIA





André destaca utilidade do equipamento para quem passa muito tempo na rua

Outro aspecto interessante é o modelo de negócio. Os serviços serão gratuitos, sem necessidade de aplicativos, cadastros, mensalidades, QR Codes ou obrigação de consumo. A sustentabilidade financeira virá de patrocínios e publicidade, permitindo que empresas financiem uma estrutura de utilidade pública e, ao mesmo tempo, associem suas marcas a uma iniciativa de impacto social.

A iniciativa também reúne engenharia industrial, tecnologia de monitoramento inteligente, visão computacional e uma plataforma proprietária de mídia sonora. Foram 18 meses de pesquisa e desenvolvimento, com investimento estimado de R$ 30 mil por unidade e uma meta de expansão de até 2 mil pontos de apoio no primeiro ano.

A iniciativa foi desenvolvida pelo empresário André Souza, que acumula experiência em projetos de marketing, tecnologia e inovação para grandes marcas. Segundo ele, a proposta é criar uma nova categoria de mídia exterior, na qual a publicidade financia serviços de utilidade pública e amplia o tempo de contato entre consumidores e anunciantes.

Mídia de utilidade

"O projeto inaugura uma nova geração de mídia exterior (OOH), baseada em utilidade, experiência e permanência. Diferentemente dos outdoors e painéis digitais, marcados pela exposição de passagem, o novo Orelhão proporciona interação direta com o público, que utiliza gratuitamente seus serviços e estabelece uma conexão positiva com as marcas patrocinadoras. Uma solução brasileira com potencial global, que transforma publicidade em serviço e responde às necessidades da nova economia das ruas, impulsionada pelos aplicativos, deliveries e marketplaces", explica André Souza, idealizador do projeto.

A estratégia de expansão prevê a contratação de operadoras regionais a partir do lançamento em Belo Horizonte (MG). A produção industrial dos equipamentos foi estruturada para atender encomendas simultâneas de diferentes estados, permitindo que a rede cresça de acordo com a demanda das licenciadas.

A primeira unidade está prevista para ser apresentada em Belo Horizonte, na região do Barreiro, na próxima terça, 10 de novembro, marcando o início de uma nova etapa para um equipamento que já pertence à memória coletiva do Brasil.

Em uma época em que se fala tanto de inteligência artificial, aplicativos, conectividade e cidades inteligentes, o projeto propõe uma inovação que começa pelo básico: água para beber, comida para aquecer e um lugar de apoio para quem trabalha.

O antigo Orelhão foi criado para democratizar a comunicação. O novo quer democratizar o acesso a pequenas facilidades que fazem diferença na vida de quem mais precisa delas.

SAÚDE

Santa Casa de Maceió conquista categoria A da SBOT para formação em Ortopedia e Traumatologia

Classificação tem vigência de 2026 a 2032 e considera estrutura hospitalar, programa de ensino, volume cirúrgico e produção científica

DA REDAÇÃO

O Serviço de Ortopedia e Traumatologia da Santa Casa de Maceió conquistou a categoria A da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), classificação que reconhece a qualidade da estrutura e do ensino oferecido aos médicos em formação. Concedido pela Comissão de Ensino e Treinamento (CET) da entidade, o certificado terá vigência de 2026 a 2032.

Segundo o coordenador do serviço, o ciurgião Antônio Alício, a avaliação considerou critérios como produção científica, infraestrutura hospitalar, organização do programa de residência e volume cirúrgico. Para ele, o resultado reconhece uma construção coletiva iniciada em 2009, quando o serviço foi criado e credenciado junto à SBOT e ao Ministério da Educação (MEC).

"Essa classificação é muito importante para a Santa Casa e, mais do que tudo, é um grande estímulo a todos que fazem a Ortopedia da instituição acontecer", afirma.

Desde a criação, em 2009, o serviço ampliou a equipe e a capacidade assistencial. O número de preceptores, médicos responsáveis por orientar e supervisionar os residentes, passou de seis para 23. O volume cirúrgico também quintuplicou, ampliando as oportunidades de formação prática.

A estrutura reúne diferentes áreas da especialidade, entre elas ortopedia pediátrica, oncologia ortopédica, e cirurgias de pé e tornozelo, joelho, quadril, coluna, mão, ombro e cotovelo. Essa diversidade permite aos residentes acompanhar diferentes condições ortopédicas e participar de procedimentos ao longo da formação.



Coordenado pelo cirurgião Antonio Alício, Serviço de Ortopedia e Traumatologia da Santa Casa de Maceió conquistou a categoria A da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia



Criado em 2009, o serviço conta com 23 preceptores e atua em diversas áreas, como ortopedia pediátrica, ortopedia oncológica e cirurgias do pé, joelho e quadril, entre outras especialidades

Outro diferencial, segundo o coordenador, é a experiência nos atendimentos filantrópico e privado. O contato com essas duas realidades amplia a compreensão dos médicos sobre as possibilidades de tratamento e as condições de acesso aos recursos disponíveis.

"O residente tem a possibilidade de ver todas as áreas da ortopedia no atendimento ao paciente privado e ao paciente filantrópico. Esse conjunto permite uma visão geral do mercado, das limitações e das vantagens do acesso à tecnologia, preparando o profissional para trabalhar tanto no serviço público quanto no privado", explica.

A formação também inclui aulas, atividades científicas e participação em congressos. Preceptores e residentes apresentam trabalhos, publicam artigos em revistas especializadas e contribuem para a produção de livros.

"A classificação demonstra que fazemos publicações científicas e temos um programa de residência estruturado, com aulas e atividades científicas. Preceptores e residentes participam ativamente dos congressos, apresentam temas livres, publicam em revistas e escrevem livros", ressalta.

O reconhecimento envolve o trabalho integrado da coordenação, da preceptoria e das áreas de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Maceió. "Essa conquista nos dá uma grande gratificação pela construção ao longo desses anos e serve como estímulo para seguirmos adiante", conclui.

ALERTA

Justiça manda Rio Largo explicar voçoroca e risco em via interditada

Prefeitura deve apresentar diagnóstico do problema e medidas de contenção até o final de novembro

TAMARA ALBUQUERQUE
tamarajornalista@gmail.com

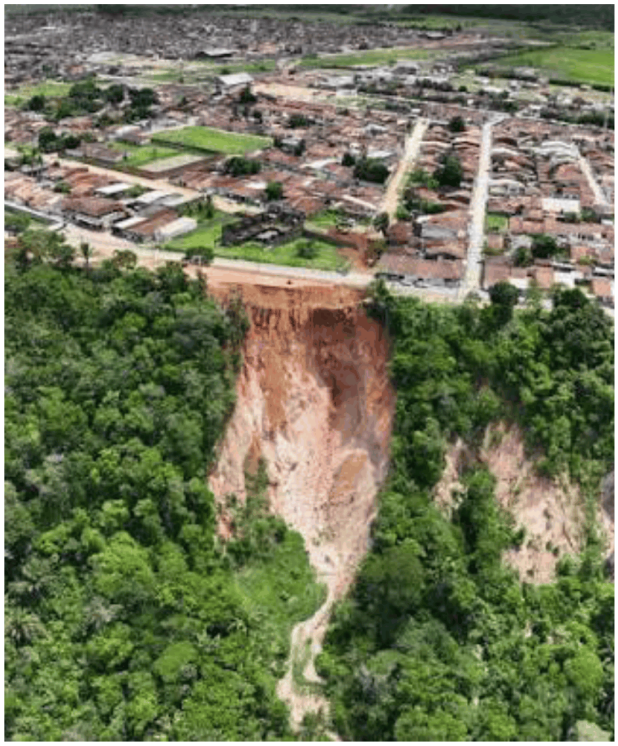
A periferia do município de Rio Largo está sendo engolida por uma gigantesca voçoroca na região da Mata do Rolo, área residencial e próxima ao principal corredor de trânsito daquela região, a Avenida Teotônio Brandão Vilela. Não é uma situação desconhecida do poder público e muito menos nova. O processo erosivo se intensificou este ano, após intensas chuvas em fevereiro, mas desde 2016 é visível e avança sem obstáculos eficazes para contenção.

A Defesa Civil do Estado anunciou, em relatório elaborado este ano, que a voçoroca de Rio Largo avançou de 990 m² em 2016 para 7.600 m² este ano, um crescimento de mais de 700% em uma década. A profundidade da cratera ultrapassa 30 metros e o volume de solo destruído já é superior a 486 mil metros cúbicos. É, de fato, gigantesca e amedronta a população da região.

Na semana passada, a Justiça de Alagoas, por meio do juiz Guilherme Bubolz Bohm, esticou os olhos para o problema e estipulou um prazo de 30 dias para que o gestor de Rio Largo, prefeito Pedro Carlos (PP), apresente um diagnóstico técnico da voçoroca elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Defesa Civil Municipal ou por profissional habilitado, incluindo plano, cronograma de contenção e documentos sobre obra de drenagem na região.

O juiz deixou claro compreender que o fenômeno geológico do solo apresenta risco à circulação de pedestres e veículos no corredor de trânsito onde ele avança e mantém a via interditada. A Justiça não ordena a reabertura da via nem a execução imediata de obras, mas quer entender o processo e os esforços realizados pelo município para sanar o problema.

CIMADEC/ DEFESA CIVIL MACEIÓ



Cratera gigante tem aumentado vertiginosamente ao longo dos anos

A Prefeitura de Rio Largo, segundo o processo (0701565-60.2026.8.02.0051) da 1ª Vara de Rio Largo, reconhece a existência da voçoroca de grandes proporções, cujo avanço já comprometeu a estabilidade do solo e a integridade da via. Terá, agora, que prestar contas sobre medidas adotadas para contenção e estabilização previstas para a área, acompanhadas do respectivo cronograma de execução.

No processo, o autor cita a voçoroca como fator de desvalorização comercial de imóveis num espólio particular e contesta o valor cobrado pelo município do IPTU em área próxima ao fenômeno. O município, por sua vez, afirma que "a causa do processo erosivo é matéria tecnicamente controvertida e que a reabertura da via ou o fechamento das valas, sem exame técnico prévio, exporia os usuários a risco e anteciparia de modo irreversível o mérito".

Afirma, portanto, que o trecho da avenida permanece interditado até a execução das intervenções de estabilização. Segundo o juiz, as fotografias que instruem o processo mostram valas abertas e erosão avançando em direção ao meio-fio e às imediações de imóveis na área. "Há, portanto, elementos que conferem plausibilidade à alegação do autor do processo de que os imóveis estão expostos a risco concreto e que evidenciam o perigo de dano".

A progressão de um processo erosivo, por sua própria natureza, tende a agravar-se com o tempo e com as chuvas, podendo atingir de forma irreversível os imóveis ao redor, aponta o texto. O município de Rio Largo deve apresentar nos laudos do processo, em 30 dias, os documentos relativos à obra de drenagem executada no local que estejam em seu poder, notadamente projeto e planta, ART, licenças ambientais e autorizações eventualmente obtidas, bem como os laudos, relatórios e recomendações da Defesa Civil referentes ao processo erosivo e a comprovação das providências adotadas em seu cumprimento.

Em abril deste ano, o governo federal reconheceu a situação de emergência em Rio Largo devido ao avanço crítico de uma voçoroca na Mata do Rolo. O reconhecimento ocorreu após o decreto de emergência municipal nº 010/2026 e a homologação pelo Governo de Alagoas, permitindo que a prefeitura solicitasse recursos financeiros da União para obras de contenção e recuperação da via.

A voçoroca é uma cratera que se abre em uma região de solo exposto em decorrência da ação erosiva da água. É o produto da erosão causada por um conjunto de fatores, que engloba o desmatamento, a declividade do terreno, a ocorrência de chuvas volumosas e o tipo de solo envolvido, comumente arenoso. A abertura inicial de sulcos evolui com o tempo e gera buracos de ampla extensão territorial e profundidade de dezenas de metros, chegando até ao lençol freático.

IPIOCA

Pequenos comerciantes denunciam perseguição de grandes investidores

Eles afirmam que IMA está sendo usado para pressionar retirada de famílias que há décadas residem no local

MARIA SALÉSIA
sallesiaramos18@gmail.com

FOTOS: JACINTO SANTOS



Bares antigos estão sendo acusados de crime ambiental





A paradisíaca praia de Ipioca, no Litoral Norte da capital alagoana, transformou-se no epicentro de uma disputa que vai muito além da preservação da natureza. Proprietários de pequenas barracas locais foram denunciados sob a acusação de tentar regularizar licenças ambientais em áreas de restinga e de promover a destruição de manguezais. Por sua vez, os barraqueiros afirmam que não estão cometendo nenhum tipo de crime ambiental e alegam ser alvo de uma "perseguição" promovida por grandes investidores da região.

Procurados pelo EXTRA, os donos das barracas de praia defenderam vigorosamente seus negócios, rebatendo as acusações e assegurando que todas as suas atividades à beira-mar operam em total conformidade e harmonia com o ecossistema local. Eles ressaltaram que, longe de promover a degradação, o comércio nativo atua como um agente de preservação e convivência pacífica com a natureza da região.

Um dos alvos das recentes denúncias é o Rapatur Bar. O administrador do espaço, Damian Pertino, afirmou que recebeu os questionamentos com surpresa, uma vez que o estabelecimento tem buscado cumprir todas as exigências legais. Como prova do compromisso com a regularização, ele apresentou o Processo nº 2026.14100338152LRO, protocolado no Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), que aguarda retorno.

O requerimento, feito pela parte interessada LS Laurindo, solicita formalmente a Licença de Operação (LRO) do espaço. Entre os documentos anexados está a certidão de uso e ocupação do solo emitida pela Prefeitura de Maceió, atestando que o bar está em conformidade com as leis de zoneamento locais. O bar funciona às segundas, quartas e sextas-feiras.

"Não sei a quem interessa essa denúncia. Onde a barraca está localizada é uma área de pescadores. Guardamos as redes, eles navegam e vivemos em harmonia. Não existe mangue aqui, não invadimos restinga e não construímos nada em alvenaria", afirma Damian. O relato é endossado por um pescador tradicional da área que, sob anonimato, confirmou a boa convivência: "O pessoal é legal, nunca tivemos encrenca". A poucos metros dali, a situação se repete no Kaola Beach Bar. A responsável, Márcia Cavalcante, confirmou ter recebido notificações fiscais decorrentes das pressões e denúncias constantes. Para ela, o incômodo dos "grandes" se deve à presença das famílias nativas na orla.

"Eles estão incomodados com a nossa presença, mas a gente só quer trabalhar. Somos uma família que luta junto para levar o sustento para casa. Eu moro aqui há 40 anos, meu pai era pescador e nunca incomodamos ninguém", desabafou Márcia.

Operando de terça a domingo há cinco anos, Márcia fez questão de mostrar a estrutura do bar para rebater as acusações de poluição: "O esgoto aqui é zero". O local utiliza um sistema de banheiro ecológico e não gera dejetos na praia, pois toda a comida é preparada na residência da família, seguindo rígidos protocolos de higiene e eliminando cozinhas industriais na areia. Como parte de uma preservação ativa, a equipe do bar realiza mutirões frequentes de limpeza na faixa de areia e monitora o descarte correto de resíduos. Através do perfil oficial do estabelecimento no Instagram (@kaolabeachbarr), é possível seguir as ações.

A denúncia, que também foi encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), aponta a ocorrência de crimes ambientais e contra a saúde pública em Ipioca. Um dos trechos mais críticos apontados fica próximo à foz do Rio da Lancha (Riacho do Senhor). O documento alega que diversos bares vêm cometendo irregularidades na região, citando o Cantinho da Neide, Boteco do Deo e Pé na Areia, além dos outros dois já mencionados e de grandes empreendimentos instalados no local. No pedido enviado ao IMA, há o alerta de que os processos de regularização poderiam estar correndo de forma acelerada, mesmo tratando-se de uma zona sob a abrangência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do próprio instituto estadual.

Posicionamento do IMA

Em nota enviada ao EXTRA, o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas informou que não há processo de licenciamento ambiental em tramitação no órgão referente ao estabelecimento Kaola Beach Bar e confirmou que o empreendimento já foi autuado pelo órgão.

Em relação ao Parador Rapatur, "o IMA/AL esclareceu que o pedido de regularização da licença ambiental foi indeferido devido à ausência da documentação mínima necessária para a análise do processo, bem como pelo não cumprimento dos elementos técnicos exigidos pelo órgão ambiental".

O Instituto ressaltou, ainda, que a mera apresentação de um pedido de licenciamento não representa autorização para funcionamento e que a concessão definitiva da licença depende estritamente do cumprimento de todos os requisitos legais e ambientais aplicáveis.

Diante de impasses e trâmites burocráticos, a praia de Ipioca permanece como um dos refúgios mais intocados e exuberantes do Litoral Norte de Maceió. Suas águas mornas de tons esmeralda, emolduradas por extensos coqueirais e piscinas naturais formadas na maré baixa, continuam a encantar nativos e turistas. Para além das discussões sobre o desenvolvimento e a ocupação da orla, a atmosfera de vila de pescadores e o visual paradisíaco consolidam a região como um patrimônio paisagístico singular, onde a beleza natural da capital alagoana se manifesta em sua forma mais autêntica e serena.

EXERCÍCIO DA FÉ

Missionária alagoana lança livro sobre Nossa Senhora de Guadalupe focado no amparo a gestantes

Escritora Flávia Sá traz relatos reais de traumas e convoca a sociedade a apoiar grávidas em situação de solidão

MARIA SALÉSIA
sallesiaramso18@gmail.com

ASSESSORIA



Flávia Sá fala dos desafios da maternidade para mulheres em situação de vulnerabilidade

Romper o silêncio e a solidão de mulheres que enfrentam gestações difíceis, oferecendo um caminho de amparo prático através de instituições de acolhimento. Esse é o propósito central de "Santa Maria de Guadalupe: Guardiã da Fé e da Vida", novo livro da missionária alagoana Flávia Sá. Escrita após uma peregrinação ao México e lançada pela Canção Nova, a obra traz uma mensagem direcionada às famílias que enfrentam angústias na maternidade. Muito além do debate teológico, o livro expõe o impacto psicológico real de abortos e gestações de risco, servindo como um guia de utilidade pública ao divulgar redes de apoio gratuito para mães vulneráveis.

A inspiração para o livro surgiu após uma viagem de Flávia Sá ao Santuário de Santa Maria de Guadalupe, no México. Ao estudar a imagem gravada no manto (tilma) do indígena São Juan Diego, datada de 1531, a autora identificou símbolos profundos de defesa da vida. Guadalupe apareceu em uma sociedade asteca marcada por sacrifícios humanos, inclusive de crianças.

Na imagem, a Virgem Maria aparece grávida, identificada por um cinto negro em seu ventre — o símbolo máximo de gestação para os povos indígenas da época. No centro do ventre, há também a flor de quatro pétalas (Nahui Ollin), que significa a plenitude e a presença de Deus. "O ventre da Virgem é o centro de tudo porque nela está o Filho de Deus, o autor da vida. Isso reforça a santidade da vida desde a concepção", explica a escritora, lembrando que a padroeira é considerada a protetora dos nascituros pela Igreja Católica.

Para além do resgate histórico, a obra foca nas dores da maternidade real através de quatro testemunhos marcantes. Um dos relatos que mais mexeu com a autora foi o de uma médica que, hoje atuando como defensora da vida, carrega as marcas emocionais e psicológicas de um aborto realizado na juventude.

Outro contraponto emocionante trazido no livro é a história de Lilian Maria. Assim como a autora, ela viajou ao México em um momento de espera e dor para pedir um milagre, encontrando na devoção a resposta e o amparo para suas angústias.

Diante de cenários de vulnerabilidade social e abandono, Flávia Sá defende que o papel da Igreja e dos meios de comunicação deve ser o acolhimento prático. Por isso, as páginas do livro funcionam como um guia, incentivando a busca por instituições idôneas e divulgando abertamente o trabalho e os contatos da Rede Pró-Vida. Essas entidades atuam no suporte médico, psicológico e social de gestantes desamparadas.

"Diante da vida, qual será a sua decisão?", provoca a autora na sinopse, buscando conscientizar o leitor fragilizado a buscar ajuda em vez de ceder ao medo.

Ao fechar a obra, a missionária deixa um recado exclusivo de encorajamento para a população de seu estado natal: "Que as famílias alagoanas mantenham a fé e a esperança no Senhor, pois nenhuma oração feita com fé se perde diante de Deus".

O convite é para uma mudança de perspectiva coletiva diante do desespero: enquanto o mundo muitas vezes oferece o isolamento e o fim da linha, a rede de apoio e a fé propõem um recomeço seguro para a mãe e para o bebê.

SERVIÇO

Obra: Santa Maria de Guadalupe: Guardiã da Fé e da Vida
Autora: Flávia Sá
Onde encontrar: No site oficial da Canção Nova (cancaonova.com), nas lojas físicas da Canção Nova e também através do telefone e WhatsApp (12) 3186-2600.
Canais: Instagram @flaviasa.cn e YouTube @flaviasacn.

LITERATURA

Hipersensibilidade sensorial muda rotina de escritora alagoana e inspira criação de livro

Natti Belém relata os desafios de conviver com a condição e como experiências deram origem a 'Casulo de Leão – O que sai de um'

ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

O que antes era uma rotina marcada por estudos de idiomas, exercícios físicos, trabalho e treinos de tênis de mesa deu lugar a dias dentro de um quarto, com horários calculados até para ir ao banheiro ou tomar banho. A escritora alagoana Natti Belém passou a restringir sua rotina após sintomas que, segundo ela, se intensificaram durante uma investigação neurológica e evoluíram para uma hipersensibilidade sensorial.

Sons do trânsito, barulhos de obras e outros estímulos passaram a ocasionar crises, fazendo do quarto um espaço onde conseguia permanecer com menos exposição aos ruídos. Em entrevista ao EXTRA, Natti contou como a mudança na rotina influenciou sua escrita e deu origem ao livro Casulo de Leão – O que sai de um. A obra reúne reflexões surgidas durante esse período e parte da ideia de metamorfose para representar o processo vivido pela escritora.

EXTRA ALAGOAS - Você conta que passou a viver praticamente dentro do quarto por causa da hipersensibilidade sensorial. Como essa mudança aconteceu e como era sua rotina antes desse período?

NATTI BELÉM - Devido a alguns sintomas, comecei uma investigação neurológica e evolui para essa hipersensibilidade. Eu sempre fui sensível, mas não no nível em que estou agora. Onde eu morava, era muito barulhento: trânsito movimentado, reformas constantes em casas vizinhas, e isso começou a desencadear crises mais frequente: meu olho não abria, pernas falhavam, não sustentava o tronco, muito cansaço. A rota de fuga foi o quarto. Selaram a janela, passei a ficar mais tempo nele. Eu tinha que observar os horários do trânsito para poder ir ao banheiro, tomar banho. Comer era no quarto. Depois, nos mudamos, mas tinha que ficar atenta aos horários do trem e aos sons inesperados que surgiam da rua. Mesmo usando tampões, eu ainda consigo ouvir. Os headphones eu não consigo, pois minha cabeça pende, devido a outros sintomas. Não consigo ouvir músicas ou assistir a vídeos. Antes, eu estudava idiomas, fazia exercícios físicos, trabalhava, tinha começado a treinar tênis de mesa, vivia de um lado para outro. Mesmo tendo alguns sintomas mais leves, eu ainda conseguia ter uma vida "mais normal".

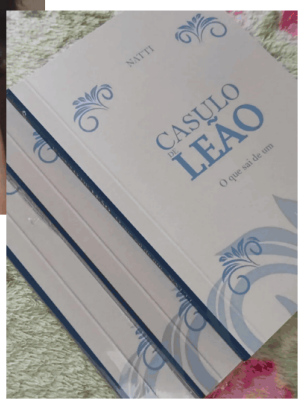
EA - Em que momento você percebeu que as experiências que estava vivendo poderiam se transformar em um livro? Como e quando surgiu a ideia de escrever sobre sua rotina?

NB - Para passar por essa fase que estou passando, eu tenho acompanhamento psicológico e sempre gostei de escrever. Então, tanto a minha psicóloga quanto os meus amigos em redes sociais me incentivaram a escrevê-lo. E eu sou muito reflexiva, então esses momentos de crises e de investigação neurológica me causam várias ideias. E sei que muita gente passa por dificuldades de saúde e patologias raras que assustam, então a disseminação de algo com otimismo, vejo com muita importância.

EA- Por que "Casulo de Leão – O que sai de um" foi o título escolhido para representar essa experiência?

INSTAGRAM





Natti Belém conta sua experiência e os desafios da extrema sensibilidade

NB- Em um dos meus textos e conversas com meus amigos, saiu a ideia de metamorfose, se meu quarto, minha situação, estava me preparando para uma transformação. E o que ele me faz experimentar, pensar, o que vai sair disso tudo.

EA - O que o "casulo" representa para você? E por que um leão dentro dessa metáfora?

NB - Representa um processo de transformação. Leão é minha referência desde criança, porque eu sou leonina e tenho uma personalidade, que como a minha médica me falou e me marcou: "O seu perfil é de não desistir".

EA - Quanto da história contada no livro vem diretamente daquilo que você viveu e quanto nasceu da sua imaginação literária?

NB - Eu estou com a percepção bem aflorada, então até em momentos de crises, quando quem me vê acredita que não estou plenamente consciente, eu ainda estou pensando e percebendo tudo ao redor. Então, se misturam muito a parte abstrata que consigo captar e o que eu estou vivendo.

EA - Quando você iniciou sua carreira como escritora? Sempre teve amor pela leitura?

NB - Acho que posso dizer que com uns 8 anos de idade, quando vi uma cena que me marcou e escrevi à mão um livrinho em uns papeizinhos de recado. Meu pai tem ele guardado até hoje. Eu sempre amei escrever e, em 2018, criei um perfil no Instagram e venho publicando meus textinhos, como eu gosto de chamar.

RACHA NO PDT

Advogado pede expulsão de Ronaldo Lessa por 'traição ideológica'

Heth César cita antiga condenação relacionada ao Fecoep e questiona decisões do ex-vice-governador

MARIA SALÉSIA
sallesiaramos18@gmail.com

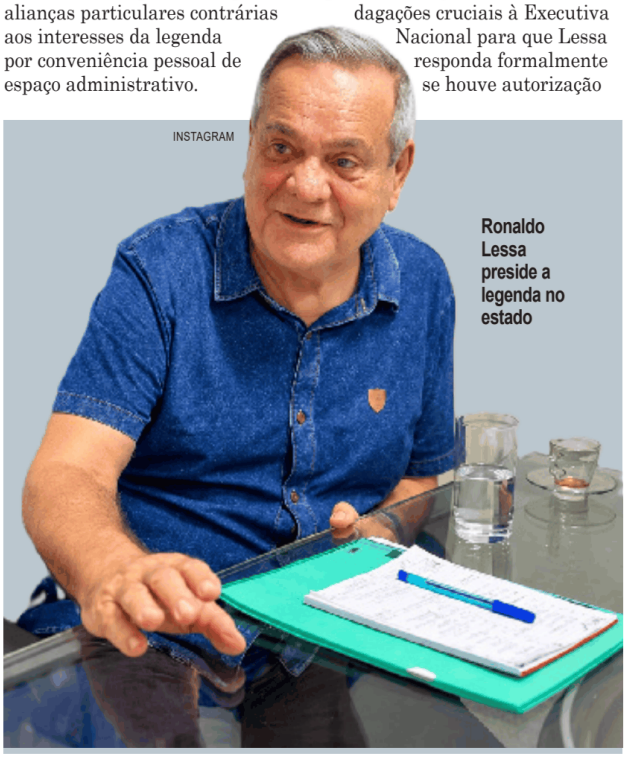
Uma grave crise de bastidores promete abalar as estruturas do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Alagoas e ecoar diretamente na cúpula nacional em Brasília. O advogado Heth César Bismarck, membro do Diretório Nacional e considerado decano da sigla no estado, protocolou uma representação ético-disciplinar de extrema gravidade junto à Executiva Nacional e à Comissão de Ética Partidária. A peça jurídica, direcionada ao ministro e presidente licenciado da legenda, Carlos Lupi, exige o afastamento cautelar imediato e a posterior expulsão definitiva de Ronaldo Lessa dos quadros partidários.

O documento expõe publicamente o racha na geopolítica alagoana após as recentes movimentações de Lessa. Ele renunciou ao cargo de vice-governador do Estado após selar aliança com o governador eleito JHC, ingressando em uma composição de governo que conta com o apoio do que o advogado chama de "forças de orientação conservadora".

Na denúncia, Heth César argumenta que a legitimidade do pedido se ampara no Estatuto do PDT diante de fatos com relevante repercussão política que ferem a história da sigla fundada por Leonel Brizola. De acordo com o texto da representação, Ronaldo Lessa teria cometido uma suposta infidelidade partidária ao usar o peso da legenda trabalhista para validar e integrar um governo de orientação antagônica, sem o aval ou deliberação coletiva das bases. O representante nacional acusa Lessa de praticar supostas alianças particulares contrárias aos interesses da legenda por conveniência pessoal de espaço administrativo.

Para o autor da denúncia, o partido não pode ser reduzido a uma legenda de utilização ocasional, cuja identidade ideológica seja abandonada sempre que surgir oportunidade de participação administrativa.

O decano trabalhista questiona o limite dos poderes de um presidente regional e submete indagações cruciais à Executiva Nacional para que Lessa responda formalmente se houve autorização expressa e regular dos órgãos competentes do PDT para o apoio político prestado ao projeto governamental vencedor, no caso ao projeto de JHC, se foi deliberada a participação institucional do partido no governo, se foram examinadas as eventuais incompatibilidades entre a composição política do novo governo e os princípios do PDT, se a indicação para o comando do fundo de combate à pobreza foi realizada em caráter pessoal ou mediante representação formal da agremiação, e se foram comunicados à Direção Nacional os antecedentes judiciais relacionados ao fundo.


INSTAGRAM

Ronaldo Lessa preside a legenda no estado

O ponto mais sensível da representação traz à tona o histórico judicial de Ronaldo Lessa na política do estado. A denúncia aponta que a futura participação de Lessa na coordenação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep) — o principal motivo de sua ida para o grupo de JHC — esbarraria em uma suposta contradição ética e moral. A peça jurídica resgata uma sentença de primeira instância proferida em 2012 pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, decorrente de uma Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa. Na ocasião, a decisão judicial apontou que na gestão de Lessa como governador, recursos superiores a R$ 50 milhões destinados ao combate à pobreza foram empregados no custeio de despesas ordinárias do Estado, aplicando penas como a suspensão de direitos políticos e multa civil.

O documento encaminhado a Carlos Lupi pondera com prudência que a ação judicial citada ainda depende de apuração sobre sua definitividade jurídica e não aponta desvios para fins de enriquecimento pessoal do representado. Contudo, Heth César questiona se é eticamente compatível com a responsabilidade de um dirigente partidário assumir novamente a posição de comando sobre o mesmo fundo cuja gestão foi objeto de condenação judicial anterior em primeira instância, alegando que a posse de Lessa no Fecoep sem uma apuração interna prévia poderia produzir danos à imagem pública nacional do PDT.

Para evitar o uso da máquina partidária e uma possível interferência na instrução

HETH CESAR BISMARCK ATHAYDE BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, advogado, membro do Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista – PDT, decano do trabalhismo pedetista em Alagoas, integrante histórico da agremiação desde os tempos de Leonel de Moura Brizola, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria e, os órgãos nacionais competentes, com fundamento nos artigos 17 da Constituição Federal, 15 e 25 da Lei nº 9.096/1995, e, especialmente, nos artigos 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74 e 77 a 85 do Estatuto do PDT, apresentar a presente

REPRESENTAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR

COM PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR DE URGÊNCIA

em face de **RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS**, filiado ao PDT e dirigente da agremiação no Estado de Alagoas, pelos fundamentos fáticos, jurídicos, estatutários, éticos, morais e programáticos adiante expostos.

I – DA LEGITIMIDADE DO REPRESENTANTE E DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

O representante não comparece perante a Direção Nacional movido por divergência pessoal, ressentimento político ou interesse circunstancial.

Comparece na condição de militante histórico, integrante do Diretório Nacional e decano do PDT em Alagoas, comprometido com a preservação da identidade política, da integridade moral e da coerência ideológica da agremiação fundada sob a inspiração de Leonel de Moura Brizola.

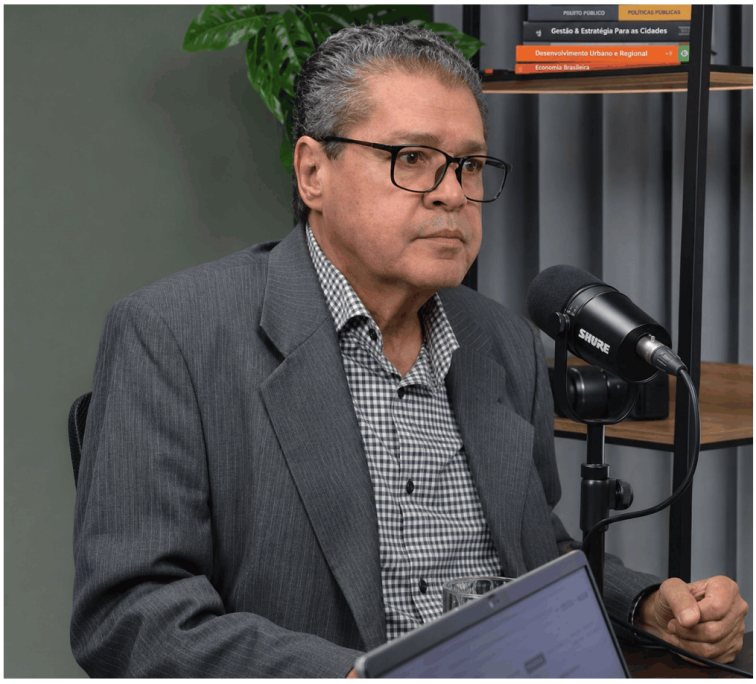
Sua trajetória partidária confunde-se com décadas de militância trabalhista, participação em disputas eleitorais e defesa dos compromissos históricos do partido com a democracia, a soberania nacional, a justiça social e os direitos dos trabalhadores.

A legitimidade desta representação encontra fundamento expresso no artigo 77 do Estatuto Partidário, que assegura a qualquer filiado a apresentação de representação escrita e fundamentada.

O artigo 74 do mesmo Estatuto confere à Executiva Nacional competência para instaurar ou avocar procedimentos ético-disciplinares de instâncias inferiores, especialmente diante de fatos de relevante repercussão política.

Início da representação que acusa o ex-vice-governador de trair os princípios do partido

REPRODUÇÃO YOUTUBE PAINEL ALAGOAS



Heth César questiona aliança do presidente estadual do PDT com o projeto de governo de JHC

interna durante as investigações, a representação exige medidas liminares em caráter de urgência, baseadas no artigo 73 do Estatuto. Entre os requerimentos estão a abstenção de posse no fundo, para que Lessa não assuma a coordenação do Fecoep em nome do PDT ou como representante da sigla; a notificação ao governo estadual informando a suposta inexistência de autorização partidária nacional para essa aliança institucional; e o afastamento cautelar de Ronaldo Lessa da presidência regional, promovendo sua suspensão temporária e imediata do comando do PDT em Alagoas, retirando dele os poderes de representação, articulação e controle financeiro.

Caso as infrações de descumprimento do programa partidário sejam comprovadas ao final das apurações da Comissão Nacional de Ética Partidária (CNEP), Heth César pede a aplicação do Artigo 67 do Estatuto, que prevê a destituição definitiva de Ronaldo Lessa de qualquer função dirigente e a sua expulsão definitiva dos quadros do PDT. Para garantir a eficácia do processo, o documento protocolado exige tramitação prioritária de urgência devido ao avanço rápido das composições para a montagem da futura máquina pública estadual. O autor pede o estrito respeito ao devido processo legal, determinando a imediata notificação de Lessa para que exerça seu amplo direito de defesa e contraditório.

Nas considerações finais encaminhadas a Carlos Lupi, Heth César reitera que o pedido não se trata de uma hostilidade pessoal, mas sim de uma exigência de coerência institucional, invocando o legado de Leonel de Moura Brizola para cobrar que o Estatuto permaneça vigente para todos, independentemente de prestígio, influência ou posição hierárquica na legenda.

Nas considerações finais encaminhadas a Carlos Lupi, Heth César reitera que o pedido não se trata de uma hostilidade pessoal, mas sim de uma exigência de coerência institucional, invocando o legado de Leonel de Moura Brizola para cobrar que o Estatuto permaneça vigente para todos, independentemente de prestígio, influência ou posição hierárquica na legenda.

O EXTRA ALAGOAS fez contato com a assessoria de Ronaldo Lessa e com Heth César para que pudessem se posicionar sobre o teor do documento.

De acordo com o advogado, o presidente nacional do partido, Carlos Lupi, recebeu a representação na última quarta-feira, 4. "Inicialmente, ele irá apreciar os pedidos de liminar, competindo a ele conceder ou não a medida urgente. Posteriormente, o caso será encaminhado ao Conselho de Ética do partido para dar início ao processo legal", disse

Ainda segundo Heth César, será aberto o princípio do contraditório e da ampla defesa, garantindo a Ronaldo Lessa o direito de se explicar e apresentar sua defesa antes que o julgamento seja realizado.

"Este é o rito estatutário e legal, e o processo já se encontra sob a análise da presidência nacional para a avaliação das liminares de urgência solicitadas", concluiu.

Quanto ao ex-vice-governador Ronaldo Lessa, não houve retorno até o fechamento desta edição, permanecendo o espaço aberto para manifestações futuras.

Sobre o Fecoep

O Fecoep (Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza) de Alagoas foi instituído pela Lei Estadual nº 6.558/2004, com base no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

- Objetivo: financiamento de ações suplementares em áreas como nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico e reforço de renda familiar.
- Adicional no ICMS: em Alagoas, aplica-se um acréscimo de 1% a 2% sobre a alíquota do ICMS em diversas operações e mercadorias (geralmente adicionando 1 ponto percentual à alíquota modal de 20,5%, totalizando uma carga efetiva de 21,5% nas operações internas padrão).
- Recolhimento: é cobrado tanto em operações internas quanto em substituição tributária ou diferencial de alíquotas (EC 87/15), contando com códigos de receita específicos definidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.



SAÚDE MENTAL

arnaldosanttos.psicologo@gmail.com

Voo de sucesso: a águia não solta o peixe; apesar das adversidades

A cena é instigante e silenciosa. Uma águia mergulha no mar, captura um peixe grande e, ao tentar alçar voo, encontra um ambiente que conspira contra si: as ondas do mar, o peso da presa, a força que já não basta.

Bater as asas com mais intensidade não resolve. O que parecia vitória converte-se em luta pela sobrevivência. A saída não está na força bruta, mas em algo mais sofisticado: a capacidade de ler o ambiente, ajustar os movimentos e persistir sem abandonar o que se conquistou.

Essa cena, tantas vezes tratada como metáfora motivacional, encontra respaldo em décadas de pesquisa psicológica sobre controle, determinação, fé, ambiente contra, ajustar movimentos, não soltar o que conquistou, persistir, voar mais alto e vencer as adversidades.

O primeiro equívoco que a cena desfaz é a ideia de que controle significa dominar. A psicologia do controle percebido mostra que a crença na própria capacidade de influenciar eventos não é ilusão de onipotência, mas um recurso cognitivo que preserva a resiliência e o engajamento com objetivos claros.

A águia não controla as ondas; controla a resposta que dá a elas. O controle maduro não está em dobrar o ambiente, mas em regular a própria ação diante do que não se pode dobrar.

E é neste aspecto que entra a determinação pessoal, conceito que a psicologia contemporânea aproxima da "garra": a combinação de paixão e perseverança por um objetivo de longo prazo, mantida apesar dos obstáculos.

A águia determinada não é a que bate asas com fúria cega, mas a que mantém o rumo. A determinação não é teimosia; é direção. Sem ela, o peixe seria abandonado na primeira onda contrária.

A fé psicológica, nesse contexto, não se confunde com pensamento mágico. Ela se aproxima da autoeficácia: a convicção de que se é capaz de organizar e executar os cursos de ação necessários para atingir um desempenho desejado. A fé que sustenta a águia não é a certeza de que o mar ficará calmo, mas a confiança de que ela ainda pode encontrar uma forma de voar. É a crença que mantém o interesse vivo e lembra por que o esforço vale a pena.

O ambiente contra é o dado irredutível da realidade. A psicologia não promete que o mar colaborará; ela reconhece que o estresse percebido pode minar a resiliência, e que a rigidez diante do incontrolável é um caminho para o colapso.

A águia que insiste em bater asas exatamente como antes não está sendo forte; está sendo incapaz de aprender. O ambiente contra não é um detalhe a ser ignorado, mas uma informação a ser lida e superada.

A virada da cena está em ajustar movimentos. As pesquisas sobre metacontrole descrevem a adaptabilidade cognitiva como um equilíbrio dinâmico entre persistência e flexibilidade: manter o objetivo, mas mudar a estratégia quando a situação exige. Ajustar movimentos não é desistir do voo; é reconfigurar a rota das asas. É a diferença entre a perseverança rígida que se quebra e a persistência flexível que sobrevive.

Ética

Não soltar o que conquistou exige uma distinção psicológica firme. A garra nos ensina que o sucesso não é resultado de talento isolado, mas da equação em que o esforço aparece duas vezes: primeiro para construir habilidade, depois para torná-la produtiva. O peixe é a conquista que justifica o esforço, mas a águia não o segura por orgulho; segura-o porque sabe que soltá-lo seria renunciar ao propósito que dá sentido à luta, à sobrevivência. Não soltar o que conquistou (com ética e determinação) é manter o compromisso com o objetivo, não com a rigidez dos meios.

Persistir, então, deixa de ser uma palavra de ordem vazia e se torna uma habilidade psicológica treinável. A teoria da autoeficácia demonstra que experiências de perfeição — superar dificuldades com esforço — fortalecem a expectativa de sucesso em situações futuras, ampliando a resiliência e a esperança.

A águia que atravessa o mar revolto não apenas sobrevive: ela constrói, no próprio esforço, a evidência de que é capaz de atravessar a próxima adversidade. Persistir é o que transforma a crise presente em memória de competência para a crise seguinte, que poder vir.

É nesse ponto que voar mais alto deixa de ser uma promessa de superação fácil e se revela como consequência de um processo. A águia não voa mais alto porque o mar se acalmou; voa mais alto porque aprendeu a ler o mar, a regular o esforço e a manter o rumo. Vencer as adversidades não é anular o ambiente contra, mas desenvolver a capacidade de agir com eficácia dentro dele.

Determinação

A psicologia confirma: a crença na própria determinação protege o bem-estar quando a adversidade ataca e desempenha um papel autorregulador na perseguição de objetivos. Vencer as adversidades é, portanto, menos sobre dominar o mundo e mais sobre não se perder de si mesmo quando o mundo pressiona.

A cena da águia, lida com os olhos da psicologia, não é uma fábula de força, apenas. É um retrato da inteligência adaptativa: controle sem onipotência, determinação com direção, fé como autoeficácia, leitura do ambiente contra, ajustar movimentos sem abandonar o propósito, não soltar o que conquistou como compromisso ético e natural, persistir como construção de competência, voar mais alto como consequência e vencer as adversidades como capacidade de atravessar o incontrolável sem se desfazer de si.

A águia que sobrevive ao mar não é a que bate asas com mais força; é a que aprende, no meio da tempestade, a bater asas com maturidade intelectual e sentimental.





PEDRO OLIVEIRA

pedrojornalista@uol.com.br

PARA REFLETIR: O voto do brasileiro evitou uma tragédia anunciada. Banir o fascismo foi uma obrigação e uma vitória da Democracia.

Os jovens de 64 fizeram a virada de Lula

Os jovens de 1964 envelheceram, mas não perderam a memória. Muitos conheceram a ditadura, conviveram com a censura, testemunharam perseguições e participaram da luta pela redemocratização do Brasil.

Nas eleições de 2026, essa geração voltou a ocupar espaço importante na disputa presidencial. Pesquisas apontaram o crescimento da preferência por Lula entre os eleitores com mais de 60 anos. Não é possível atribuir a vitória exclusivamente a eles, mas seu peso eleitoral merece atenção.

Rodrigo Cunha amplia atrativos

O prefeito Rodrigo Cunha tem dado continuidade aos investimentos turísticos de Maceió, mantendo iniciativas da gestão anterior e ampliando espaços de lazer e atrações para moradores e visitantes. A nova orla, a roda-gigante, os mirantes e a programação de eventos culturais integram esse conjunto de atrativos.

Os números demonstram o interesse crescente pela capital alagoana. No feriado de outubro, a rede hoteleira registrou 90% de ocupação, segundo dados divulgados pela Prefeitura.

O turismo movimenta hotéis, restaurantes, transportes e o comércio, contribuindo para a geração de empregos e renda.

O desafio de Rodrigo Cunha é manter esse ritmo de investimentos, preservar os espaços públicos e fazer com que o crescimento turístico também represente melhorias para a população maceioense.

A campanha acabou, a briga não

As urnas já deram seu veredicto, mas a disputa política em Alagoas continua. Movimentações na Assembleia Legislativa, especialmente propostas que podem produzir efeitos sobre a próxima administração, preocupam o governador eleito JHC.

Uma delas é a ampliação de dois para cinco anos dos mandatos dos dirigentes da Arsal.

O problema é que, se determinadas decisões forem mantidas, o novo governador poderá enfrentar dificuldades administrativas antes mesmo de colocar em prática seu programa de governo.

É legítimo que a Assembleia exerça suas atribuições. O que precisa ser esclarecido é se essas iniciativas atendem ao interesse público ou se fazem parte da disputa política que sobreviveu às eleições.

No radar de Lula

Está enganado quem imagina que a derrota nas urnas significa o encerramento da carreira política do senador Renan Calheiros. Com uma longa trajetória em Brasília, ex-presidente do Senado e profundo conhecedor dos bastidores do poder, Renan ainda tem fôlego e relações políticas construídas ao longo de décadas.

Sua proximidade com o presidente Lula tem história, incluindo apoio em momentos difíceis. Não por acaso, seu nome já aparece nas especulações sobre a composição do próximo governo.

A eventual participação de Renan no novo governo dependerá das decisões de Lula e das articulações políticas dos próximos meses.

A derrota eleitoral encerrou uma sequência de mandatos, mas não determinou, por si só, o fim de sua participação na política nacional.

Devagar com o andor

A eleição de Arthur Lira para o Senado já alimenta especulações sobre uma possível candidatura à presidência da Casa. O entusiasmo de setores políticos, entretanto, precisa ser confrontado com a realidade de uma instituição que tem 81 integrantes, tradições próprias e articulações muito diferentes da Câmara dos Deputados.

Lira chega com a experiência de quem presidiu a Câmara, mas será senador pela primeira vez. Sua trajetória anterior não lhe assegura automaticamente o comando da nova Casa, que depende de acordos entre bancadas e da votação dos próprios senadores.

O Senado tem regras, lideranças e uma dinâmica política própria. A experiência na Câmara é uma credencial, mas não substitui a construção de apoios entre os novos colegas.

Na política, como recomenda a sabedoria popular, é sempre prudente ir devagar com o andor.

Comunicação sem cabresto

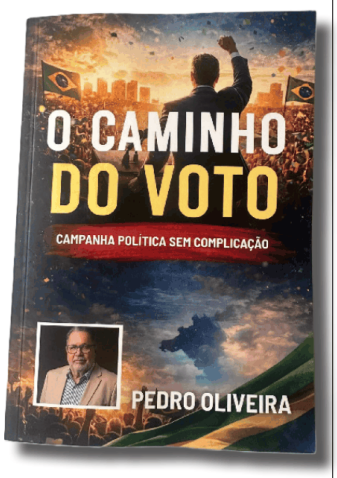
O deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT) apresentou, logo após as eleições, projetos para estabelecer novas regras na distribuição das verbas de publicidade institucional do Governo de Alagoas.

Fiscalizar o dinheiro público é obrigação do Legislativo. Entretanto, qualquer regulamentação precisa respeitar a autonomia administrativa do Executivo, a liberdade de imprensa e a sobrevivência dos pequenos veículos de comunicação, especialmente os do interior.

A Constituição não permite censura prévia à atividade jornalística. Também estabelece limites à publicidade governamental, que deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Epa!

Senador Renan Filho tem sido voz isolada na bancada alagoana pelo fim das criminosas bets.





ELIAS FRAGOSO ■ Economista, professor e consultor

Se o Senado baixar a alíquota só para atender ao lobby, sem dizer de onde virá a receita, o Tesouro cortará primeiro nas compensações do FPE e do FPM e nos fundos regionais.

O Nordeste vai perder de novo

O TCU entregou ao Senado a conta que muita gente torcia para não ver. A alíquota de referência da CBS, o tributo federal que substituirá o PIS e a COFINS a partir de janeiro, ficou em 11,3%, quando o mercado esperava algo perto de 9%. Somada aos 18,7% estimados para o IBS, a tributação sobre o consumo chegará perto de 30%, acima da Hungria, dona do IVA mais alto do mundo. A reação empresarial veio no mesmo dia, e os gabinetes do Senado, que tem até 15 de dezembro para votar uma resolução, já estão sob cerco. Se nada for votado, os 11,3% valerão automaticamente.

Boa parte do barulho mira o TCU, e o alvo está errado. O tribunal fez a conta que a Constituição mandou: a CBS deverá arrecadar a média de 2012 a 2021. Só para repor o PIS e a COFINS, serão necessários 10,2%. O restante vem das exceções setoriais e da hipótese de que o Imposto Seletivo arrecadará só 40% do antigo IPI. E aqui está a grande mentira: a neutralidade prometida valerá em relação à década passada, que inclui os anos anteriores à Tese do Século. Em relação ao presente, os 11,3% trarão perto de R$ 50 bilhões a mais, segundo cálculo da Folha de S. Paulo com dados do próprio TCU.

O Senado poderá exigir que o Executivo defina as alíquotas do Seletivo e que o TCU refaça a conta com dados completos, o que torna defensável uma faixa entre 10% e 11,3%. Abaixo de 10%, a decisão será política, e o buraco no Orçamento de 2027 terá de ser coberto com mais dívida ou com cortes.

O setor produtivo tem razão num ponto: o Brasil cobra impostos demais. A carga chegou a 32,4% do PIB em 2025, recorde da série. A saída passa pelos R$ 621 bilhões em privilégios tributários federais previstos para 2026 e pela inadimplência. A Dívida Ativa da União soma R$ 3 trilhões, 72% nas mãos de cerca de 27 mil grandes devedores, e quem paga em dia financia a diferença. Sobre isso, quem pede alíquota menor costuma silenciar.

Para o Norte e o Nordeste, o que pesa é a composição da carga. Metade da receita do Seletivo é repartida com o FPE, o FPM e os fundos regionais, e a CBS fica inteira com a União. Cada ponto que migrar de um tributo para o outro sairá das prefeituras mais pobres, e a compensação prometida dependerá de um Tesouro apertado, que irá adiá-la. Anotem aí. O cash back devolverá a CBS da energia, da água e do botijão às famílias mais pobres, e chegará com mais dificuldade justamente onde o cadastro é pior, nos municípios nordestinos. Os prestadores de serviço no lucro presumido sairão de 3,65% para a CBS cheia, quase sem créditos para abater.

Se o Senado baixar a alíquota só para atender ao lobby, sem dizer de onde virá a receita, o Tesouro cortará primeiro nas compensações do FPE e do FPM e nos fundos regionais. Por isso o Nordeste precisa se levantar agora, antes de 15 de dezembro. Governadores, prefeitos e bancadas terão de ocupar as audiências da CAE com a mesma disposição das confederações empresariais e exigir por escrito as compensações no Orçamento de 2027. Calada, a região pagará a conta outra vez, como paga há dois séculos.



SÉRGIO JOSÉ WANDERLEY DE MENDONÇA ■ Juiz federal

A penicilina, enfim, permitiu ao idoso contemporâneo não mais assombrar-se com o tempo, mas sim tê-lo como aliado, celebrando a senilidade como grandiosa conquista.

Penicilina: a maior descoberta da história humana

Casimiro de Abreu celebrizou-se como o "poeta da família" pela exaltação das fases da vida, especialmente a infância. No poema "Meus oito anos", assinala a saudade da "aurora da vida, da infância querida, que os anos não trazem mais". Mais adiante, o compositor Ataulfo Alves, em "Meus tempos de criança", expressa que "não sabe porque a gente cresce, se não sai da gente as lembranças dos dias de criança", relembrando "a professora que lhe ensinou o beabá, e Mariazinha, seu primeiro amor", afinal concluindo que "era tão feliz, que daria tudo que tinha para voltar aos dias de criança".

Nestes poemas, bem mais do que a exaltação da infância, percebe-se o assombro pelo fluir do tempo, deixando para trás as alegrias da aurora da vida, avançando à idade crepuscular e à desconstrução da juventude.

O tempo passou, e hoje verifica-se que os famosos poemas não são errôneos, apenas devem ser compreendidos às suas épocas. No século retrasado, a expectativa de vida dos brasileiros era de cinquenta anos. Casimiro morreu aos vinte e um anos, e Ataulfo dias antes dos sessenta. Em ambos, o apego à aurora da vida justificava-se porque, àquela época, chegar à velhice era raro, incerto, algo entregue à sorte, dada a vulnerabilidade do corpo humano às infecções. A infância e a mocidade eram as fases prováveis da existência!

A vida humana transformou-se! Quando os críticos do evolucionismo questionavam o seu engessamento, Darwin retrucava que a inteligência humana tornaria infinita a evolução. Coincidentemente, coube a outro inglês, o médico Alexander Fleming, a confirmação do acerto darwiniano, o que ocorreu através da descoberta mais vital e impactante da história humana. Em 1928, o doutor Fleming presenteou a humanidade com a descoberta da penicilina, cuja comercialização iniciou-se após a Segunda Guerra, em 1945, ano em que foi premiado com o Nobel de Medicina. Com os antibióticos, doenças como a meningite, tuberculose, pneumonia, sífilis e outras infecções deixaram de ser letais, passando a ser eficazmente tratadas, revolucionando a medicina.

Derrotando os micróbios, a evolução atingiu o seu grau máximo, possibilitando a expansão da vida humana e libertando-a do medo, da precariedade e da incerteza profunda. A senilidade passou naturalmente a integrar a existência humana, desassociando-se da sorte. O homem senil logo tornou-se uma realidade perene, e, com ele, aquela ideia – ainda hoje propagada –

de que "dar-se-ia tudo o que tinha para voltar aos tempos de criança", tornou-se anacrônica pelas maravilhas que puderam ser vivenciadas na senilidade.

Uma destas maravilhas é a majestosa interação entre jovens e idosos, sem a visão estanque do passado. O jovem moderno já compreende que o enobrecimento de sua vida passa pela contemplação do idoso, dele extraindo conhecimentos, experiências e a sabedoria que permitir-lhe-á errar menos e conduzir-se lucidamente.

Com a penicilina, o simbolismo das fases da vida ganhou expressão, convergindo ao ideal evolucionista no sentido de que, em cada pessoa, exista a criança, o jovem, o maduro e o idoso, formando uma unidade acrônica, comunicável, distinguível apenas pelo seu aspecto preponderante.

A penicilina, enfim, permitiu ao idoso contemporâneo não mais assombrar-se com o tempo, mas sim tê-lo como aliado, celebrando a senilidade como grandiosa conquista, orgulhoso de seu significado, e sobretudo sereno por poder recordar a infância querida livre da angustiante ideia de que tudo daria pelo seu regresso.



ALARI ROMARIZ TORRES
■ Aposentada da Assembleia Legislativa

Alguns deputados estaduais antigos perderam a eleição. Outros novos apareceram. Será que teremos um Legislativo melhor, com componentes mais humanos, mais humildes?

O novo rumo das Alagoas

Acabou o regime dos Calheiros. Estamos entrando na era dos Caldas.

Não posso reclamar do governo do Renan Filho. Não foi ruim. Pagava ao funcionalismo em dia, fez estradas, criou várias ONGs e vários hospitais. Seu grande erro foi mexer com a previdência dos idosos isentos do imposto de renda.

O JHC foi um bom prefeito e sua grande obra foi o Salgadinho, ainda que não tivesse terminado o trabalho.

Tenho lido sobre a pressa do atual governador tentando fazer arranjos no Tribunal de Contas, pois a promessa feita pelos Calheiros era levá-lo para ser conselheiro do TC. A Justiça proibiu a jogada do governador a pedido do JHC.

O governo atual vai até 06/01/2027. Ele poderia tomar certas medidas, mas a Justiça o impede. Não dá para entender.

Arthur Lira ficou ao lado do governador eleito. Foi o senador mais votado nas eleições e está cheio de poder. Não sei qual será seu papel, mas deve indicar várias pessoas para compor a equipe do JHC.

A grande dúvida é qual será o destino do presidente do Legislativo. É inimigo do governador eleito e já foi presidente da Assembleia por quatro vezes. Pela imprensa, fiquei sabendo que o Arthur Lira está se reunindo com o Marcelo Victor para formar a Mesa da Assembleia. Quero crer que, sabido como o presidente é, ficará com algum cargo na direção da Casa.

Entretanto, pela inimizade entre o presidente da Assembleia e o próximo governador, não creio que vão conviver tranquilamente. Pelo que conheço de políticos, alguns deputados devem ir para o lado do governo. É difícil viver na oposição sem certas regalias.

Claro que os secretários do JHC serão outros, que pensarão de maneira diferente. Alguns antigos sairão porque perderam o apoio político. Os cargos comissionados também serão outros, selecionados entre os que apoiaram o governador eleito.

Preocupante é pensar que o moço eleito poderá governar sem o apoio do Legislativo, pois a grande maioria dos parlamentares era chefiada pelo presidente do Legislativo e apoiava Paulo Dantas. Estou ansiosa para ver o que acontecerá.

Gosto do Ronaldo Lessa e não me agradou a maneira como foi tratado nas eleições. Esperou ser vice-governador e não conseguiu nem a suplência do Senado. E agora? Quando a equipe for formada, o Lessa terá chance?

A Célia Rocha foi excelente candidata a vice. Soube posicionar-se, apesar da oposição do prefeito de Arapiraca. Deve ter um bom lugar na nova equipe.

Bem interessantes são as notícias que correm na imprensa: Marina de JHC seria secretária de Estado e a senadora Eudócia voltaria para o Senado. Não é legal fazer tal troca, pois os eleitores seriam enganados. Votaram na Marina para o Senado!

Fiquei com pena do Renan Filho e do Renan pai. O primeiro ainda é senador, mas o segundo ficará sem mandato! O Lula deve aproveitar o velho Renan, afinal, são muitos anos a serviço de Alagoas e do Brasil.

Alguns deputados estaduais antigos perderam a eleição. Outros novos apareceram. Será que teremos um Legislativo melhor, com componentes mais humanos, mais humildes?

O quadro está indefinido, mas, pela coragem que JHC teve quando foi deputado estadual, quero crer que fará um bom governo. Espero que se lembre dos aposentados do Estado, do Legislativo, do Judiciário.

Ao Alfredo Gaspar, meus respeitos. Lutou pelo que acreditava e deverá ter um bom cargo em Alagoas ou fora do estado.

Arthur Lira saiu muito bem nas eleições e deve ser um político forte.

Tudo nas mãos de Deus!





ALEX FERNANDES
Acadêmico em Ciência Política

Além da população africana, os indígenas que aqui estavam muito antes dos colonizadores chegarem também foram sequestrados de suas famílias, sofreram todos os tipos de abusos e suas terras foram tomadas.

Dívida impagável

Imagine que você estar em casa com sua família e homens armados invadem sua casa, sequestram você, esposa e filhos e depois transportam vocês e mais uma centena de outras pessoas sequestradas, homens, mulheres e crianças, todos em condições insalubres, com pouca alimentação e água em um porão de um barco em uma longa viagem de meses pelo oceano até outro continente, e, chegando em outro país, você é separado de sua família, os quais são vendidos a diversas pessoas como se fossem mercadoria e você nunca mais os verá.

Você tinha uma vida construída, onde tinha trabalho, casa, e seus filhos estudavam e se desenvolviam em sua cultura local e iriam todos juntos construir um legado para gerações futuras, mas agora separados e escravizados não teriam uma vida próspera e o futuro das novas gerações seria o mesmo destino por mais de 388 anos, e quando a escravidão é abolida seus descendentes apenas são libertos, mas não tem nenhuma reparação, não tem emprego, educação, moradia e nem serviços de saúde ou qualquer tipo de indenização.

Esse foi todo o processo pelo qual passaram milhares de pessoas escravizadas, as quais foram sequestradas do continente africano, e depois de mais de 388 anos de escravidão não tiveram nenhuma reparação pelo Estado, ou seja, o poder estatal, o qual é o responsável por todo o flagelo passado por todas aquelas pessoas, pois imoralmente legalizou esse crime horrível contra a humanidade.

Além da população africana, os indígenas que aqui estavam muito antes dos colonizadores chegarem também foram sequestrados de suas famílias, sofreram todos os tipos de abusos e suas terras foram tomadas. Até hoje sofrem para proteger sua terra e suas famílias, pois é constante a invasão de terras indígenas, assassinatos e exploração ilegal de minerais em suas terras.

Por isso, as políticas afirmativas de incentivo ao acesso à educação para a população afro-brasileira, aos indígenas e à população em geral de baixa renda não são um favor do Estado brasileiro, mas sim uma obrigação para reparar o que o Estado, por sua conivência, causou às diversas gerações no processo de colonização do Brasil.

Então antes de criticar as cotas para universidades, o direito dos indígenas a suas terras, o Bolsa Família, Prouni e outras políticas afirmativas, se lembre da dívida bilionária que o Estado brasileiro tem com essas populações que sofreram e sofrem com a desigualdade fabricada pelo Estado, e a responsabilidade de pessoas e empresas que se aproveitaram do período da escravidão para fazerem fortunas com a exploração do trabalho e da vida dos milhares de africanos e indígenas, os quais são a base da maioria da composição da população brasileira, e que tudo que foi feito até hoje é pouco em relação as vidas exploradas e perdidas que não retornam mais, e que hoje essas políticas públicas são utilizadas para poderem diminuir as desigualdades e assim gerar a oportunidade para a construção de uma sociedade menos desigual.



CIDADE DE TODOS NÓS

SECOM MACEIÓ



Maceió amplia atendimento especializado para mulheres com novo ambulatório de endometriose

Serviço funciona no Saúde da Gente Especialidades, na Unidade Salgadinho, e oferece acompanhamento multidisciplinar

SECOM MACEIÓ

A Prefeitura de Maceió ampliou a assistência à saúde da mulher com a implantação de um ambulatório especializado em endometriose no Saúde da Gente Especialidades, na Unidade Salgadinho. O serviço funciona no Bloco C, conhecido como Bloco da Mulher, e recebe pacientes que aguardam atendimento na fila do Sistema Pronto! para investigação e tratamento da doença.

A iniciativa busca ampliar o acesso aos serviços especializados na rede pública municipal, reduzir a necessidade de encaminhamentos externos e diminuir o tempo de espera das mulheres que necessitam de diagnóstico e acompanhamento. Entre os principais objetivos estão a redução do intervalo entre o surgimento dos sintomas e a confirmação da doença, a diminuição da fila por procedimentos cirúrgicos e o fortalecimento da linha de cuidado voltada à saúde feminina.

O ambulatório conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais especializados em ginecologia e cirurgia, além de serviços de ultrassonografia, psicologia, nutrição e fisioterapia. A proposta é garantir um acompanhamento integral, considerando as diferentes necessidades das pacientes durante o processo de investigação e tratamento.

"O atendimento começa com a triagem e a avaliação clínica das mulheres, seguida da investigação diagnóstica e da realização de exames pré-operatórios, quando necessários. A partir dos resultados de exames, como ultrassonografia e ressonância magnética, os profissionais definem a conduta mais adequada para cada caso", explica Gustavo Cantarelli, médico e coordenador do ambulatório de endometriose.

Quando existe indicação cirúrgica, a paciente é encaminhada ao Hospital da Cidade de Maceió, onde será realizado o procedimento. Para os casos em que a cirurgia não é necessária, a equipe poderá indicar o tratamento clínico, conforme a avaliação individual.

Investimento em exames e procedimentos

O programa será executado no Hospital da Cidade de Maceió e prevê a realização de 1.410 procedimentos ao longo dos seis meses de vigência do convênio. A programação contempla 540 consultas ginecológicas, 540 ultrassonografias com preparo intestinal, 270 ressonâncias magnéticas pélvicas com contraste e 60 cirurgias videolaparoscópicas.

A oferta desses procedimentos busca ampliar a capacidade de diagnóstico e tratamento da doença na rede municipal, contribuindo para reduzir a demanda reprimida e proporcionar assistência especializada às mulheres.

Sobre a endometriose

A endometriose é uma doença ginecológica crônica caracterizada pela presença de tecido semelhante ao endométrio fora do útero. A condição pode provocar dores pélvicas intensas, comprometer a qualidade de vida e, em alguns casos, afetar a fertilidade.

O diagnóstico exige avaliação especializada e pode envolver exames de imagem, como ultrassonografia com preparo intestinal e ressonância magnética. Dependendo da gravidade e das características de cada caso, o tratamento pode ser clínico ou cirúrgico.

Com a implantação do ambulatório, a rede municipal fortalece a assistência especializada à saúde da mulher, oferecendo um fluxo de atendimento que integra investigação, diagnóstico e tratamento da endometriose.

ARTES MARCIAIS

Adolescente alagoana conquista dois ouros e mobiliza família pelo sonho no jiu-jitsu

Evelly Vitória encontrou no esporte uma paixão e projeta novos desafios em competições nacionais e internacionais

ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

CORTESIA



Evelly comemora o pódio em competição realizada no início do mês

Aos 13 anos, a alagoana Evelly Vitória conquistou dois ouros no Recife Spring Open, competição de jiu-jitsu realizada em 1º de novembro, em Recife, Pernambuco. Representando Maceió e a Academia Alan Barros, a atleta ficou em primeiro lugar nas modalidades Gi, disputada com quimono, e No-Gi, sem quimono. Ela começou a praticar o esporte aos 10 anos e pretende ampliar sua participação em campeonatos nacionais e internacionais.

A conquista foi resultado de uma preparação que, segundo Evelly, exige dedicação diária. Em entrevista ao EXTRA ALAGOAS, a atleta contou que treina de três a quatro horas por dia. Nos períodos de preparação para competições importantes, a carga pode aumentar. "Quando estamos em período de foco total para competições importantes, essa rotina dobra: já cheguei a treinar cerca de seis a sete horas por dia", relatou.

Evelly também destacou o papel da rede de apoio desde o início da trajetória no esporte. "Minha família e meus amigos sempre foram meu maior apoio", afirmou a atleta, que começou a treinar aos 10 anos.

O que começou como curiosidade se transformou em uma escolha ainda no primeiro contato com o tatame. Ela falou que foi naquele momento que percebeu que queria seguir no jiu-jitsu. "Logo que pisei no tatame pela primeira vez, percebi que era aquilo que eu queria para mim. O jiu-jitsu entrou na minha vida de forma muito natural e transformadora", contou.

No Recife Spring Open, a atleta competiu em duas modalidades que exigem adaptações técnicas. No Gi, em que os competidores utilizam quimono, Evelly afirma ter três anos de experiência em competições. Nessa modalidade, o uso das lapelas, mangas e pegadas faz parte das estratégias de combate.

Já no No-Gi, disputado sem quimono, o ritmo é diferente, segundo a atleta.

"É muito mais acelerado, exige mais agilidade, transições rápidas e ajuste de pressões corporais e defesas de justa, já que não temos o quimono para segurar", explicou. Ela afirma que participou de apenas três lutas nessa modalidade até agora e que a preparação é voltada à adaptação dos movimentos.

Para chegar à competição, Evelly treinou no CT Alan Barros e contou com o apoio dos professores e da equipe. Ao comentar as duas medalhas de ouro, ela relacionou o resultado ao trabalho realizado durante a preparação. "Conquistar dois ouros em uma competição de alto nível como o Recife Spring Open mostra que todo o suor e as horas de treino diárias valeram a pena. Foi a recompensa por um trabalho feito com muita dedicação ao lado dos meus professores e da minha equipe", afirmou.

Além do jiu-jitsu, a rotina da atleta inclui escola e musculação. Evelly afirma que conciliar as atividades com o descanso e a vida familiar é uma das partes mais difíceis da preparação. "A parte mais difícil é o desgaste físico e mental para manter o ritmo forte diariamente. Eu estudo, faço academia e treino jiu-jitsu. Conciliar os estudos, a musculação e a alta intensidade dos treinos com o descanso e a força psicológica exige muita disciplina e organização", disse.

A mãe da atleta, Elaine Rozendo, também relata mudanças na rotina da família para acompanhar a trajetória da filha. "O esporte transformou completamente o comportamento e a disciplina dela. Ela aprendeu responsabilidade não apenas no jiu-jitsu, mas também na escola e nos deveres de casa", afirmou.

Elaine conta que o apoio à filha exige ajustes no dia a dia e, às vezes, a família precisa abrir mão de compromissos. "É um pouco difícil, porque a gente precisa abdicar de várias coisas, abrir mão de momentos e ajustar toda a nossa rotina para conseguir apoiar o sonho dela. Mas, quando a gente vê o brilho nos olhos dela e o quanto ela ama o que faz, vale muito a pena", declarou.

A mãe da atleta também ressaltou o apoio dos professores fora dos tatames. Segundo ela, em alguns dias, Evelly Vitória chega em casa após as 23h, e os profissionais ajudam a levá-la de volta, contribuindo com a rotina da família. "Agradeço a Deus todos os dias por ter colocado eles na vida dela. Ela não tem eles apenas como professores, mas como uma família que a acolhe todos os dias", disse.

Planos para os próximos campeonatos

Depois dos dois títulos no Recife, Evelly afirma que pretende continuar evoluindo tecnicamente e buscar espaço em competições de maior alcance.

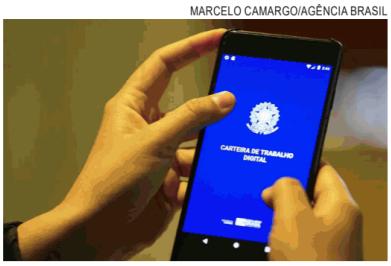
"Quero buscar novas conquistas importantes em grandes campeonatos nacionais e internacionais, tanto na modalidade Gi quanto ganhando mais experiência e destaque no No-Gi. Além disso, quero continuar inspirando outras meninas a entrarem no esporte", afirmou.



ECONOMIA EM PAUTA

■ Bruno Fernandes – bruno-fs@outlook.com

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Primeiro Emprego

O banco de talentos do Programa Primeiro Emprego, que encaminha estudantes do ensino superior para estágios no governo de Alagoas, terá validade prorrogada até junho de 2027. A medida beneficia os candidatos considerados aptos no edital nº E:06/2026/Seplag, cuja lista pode ser consultada em primeiroemprego.al.gov.br. As inscrições para o banco atual estão encerradas. Os estudantes convocados para estágio recebem bolsa de um salário mínimo, vale-transporte e seguro contra acidentes pessoais, com jornada de até seis horas por dia.

Prazo da Receita

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Contribuintes com dívidas em discussão administrativa na Receita Federal têm até 30 de dezembro para aderir às modalidades de negociação previstas nos editais de transação nº 9 e nº 10 de 2026. A prorrogação alcança pessoas físicas e jurídicas que cumpram as condições de cada edital, com possibilidade de descontos e parcelamento. Os débitos precisam estar em discussão administrativa na Receita; o prazo não se estende automaticamente às negociações de dívidas conduzidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Feirão de dívidas

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Consumidores podem consultar propostas para renegociar dívidas no Feirão Serasa Limpa Nome até 6 de dezembro. A consulta é feita com CPF e senha no site ou aplicativo da Serasa; também há atendimento presencial em agências participantes dos Correios, sem cobrança de taxa. A existência de oferta e as condições dependem da empresa credora e da dívida. Antes de fechar o acordo, é recomendável conferir o valor total, o número de parcelas e a capacidade de pagamento. Esta é uma ação distinta do mutirão de dívidas bancárias da Febraban.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

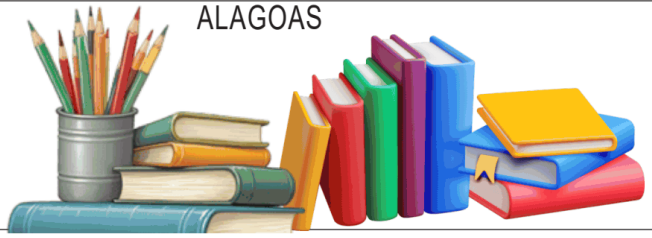


Formação em música

A Universidade Federal de Alagoas abriu seleção gratuita para 30 vagas na licenciatura em Música, com aulas presenciais em Maceió e ingresso em 2027. As inscrições vão até 19 de novembro pelo sistema da Copeve/Ufal. O candidato deve ter concluído o ensino médio ou comprovar a conclusão até a pré-matrícula e ter participado dos dois dias de uma edição do Enem entre 2017 e 2026, sem zerar a redação. Após a inscrição, é obrigatório enviar a documentação indicada no edital por e-mail até 23 de novembro. A seleção inclui teste de percepção e performance musical



RADAR LITERÁRIO



No Mês da Consciência Negra, Imprensa Oficial destaca obra sobre a formação de União dos Palmares

Parte integrante da Coleção Palmar, pesquisa de Genisete Sarmento revisita a história do território que se tornou símbolo de resistência ao regime escravista

BRUNO SORIANO
Ascom Imprensa Oficial

FOTOS: BRUNO SORIANO



Genisete Sarmento

O que aconteceu com as terras de Palmares após a queda do quilombo? A pergunta conduz à pesquisa de Genisete Sarmento em A Ocupação das Terras do Quilombo dos Palmares e a Criação de Vilas. Destaque da Imprensa Oficial Graciliano Ramos neste mês da Consciência Negra, a obra reconstitui a história de um território marcado pela resistência à escravidão e ajuda a entender como se formou União dos Palmares, município da Zona da Mata alagoana.

A investigação – que durou três anos – abrange o período entre a ofensiva liderada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1694, e a elevação da Vila da Imperatriz à categoria de cidade, em 1889. A obra também examina acontecimentos políticos e sociais registrados nesse período, a exemplo da Revolução Pernambucana e o contexto da tentativa, frustrada, de rompimento com a monarquia portuguesa.

Ao longo de quase 300 páginas, a autora não só explica a evolução administrativa local, mas também reflete sobre a herança escravocrata e o distanciamento da população de suas raízes, incentivando novos estudos sobre a história de União dos Palmares. Segundo Genisete, a obra tem origem, sobretudo, no desejo de compreender o repovoamento da região antes ocupada pelos quilombolas.

"Algumas pessoas costumam resumir o Quilombo dos Palmares à Serra da Barriga. Mas o movimento liderado por Zumbi durou mais de um século, ocupando um vasto território no interior da então capitania de Pernambuco. Ou seja, o negro retornou como escravo às cidades que foram erguidas sob os escombros de Palmares", destaca a escritora, acrescentando que a pesquisa também reúne arquivos coletados no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Segundo a pesquisadora, o livro explora detalhes nem sempre lembrados pelos historiadores. "Procurei abordar um pouco mais o cerco final e o que as tropas coloniais encontraram na fortificação de Zumbi, bem como o fato de o mocambo não ter sido incendiado, como dizem certos autores. Domingos Jorge Velho, inclusive, chegou a residir na Vila Nova do Palmar [atual cidade de Atalaia], onde faleceu em 1704", afirma Genisete.

Por fim, a pesquisadora ressalta o apoio da Imprensa Oficial à produção literária alagoana, reforçando a importância de iniciativas como a da Coleção Palmar.

"A Imprensa Oficial não só revela autores, mas também resgata obras icônicas para quem pesquisa, já que tínhamos raros exemplares espalhados em algumas poucas bibliotecas. Pesquisar demanda muito tempo e recurso financeiro, de modo que essa política de incentivo é fundamental. Precisamos de mais pessoas tendo a condição de produzir e publicar seus trabalhos", avalia.

Coleção Palmar

O livro de Genisete Sarmento integra a Coleção Palmar, iniciativa da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, em parceria com a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Lançada na 11ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em 2025, a coleção reúne estudos sobre a presença negra na formação histórica, social, política e cultural de Alagoas e do Brasil.

Outras três obras completam a coleção: Negócios da Escravidão em Alagoas, de Luana Teixeira, que aborda o comércio interprovincial de pessoas escravizadas em Maceió e Penedo; O Negro na Civilização Brasileira, de Arthur Ramos; e Coleção Perseverança, de Maicon Marcante, antropólogo que retrata o processo de reconhecimento de acervo afro-alagoano como patrimônio cultural, destacando o impacto de episódios como a Quebra de Xangô.

Todos os títulos da Coleção Palmar seguem disponíveis no site www.livrariagraciliano-ramos.com.br. Os exemplares também estarão à venda, no próximo dia 20 de novembro, na Serra da Barriga.

Gráfica e editora do Governo de Alagoas, a Imprensa Oficial já confirmou presença no evento alusivo ao Dia da Consciência Negra, em União dos Palmares.



FERNANDO CALMON ■ JORNALISTA

Ritmo do crescimento de vendas perdeu força no mês de outubro

Análises da Bright Consulting demonstram que 2026 será um ano bem melhor em comparação a 2025, mas algo abaixo do que as estatísticas apontavam até setembro último. Embora as vendas tendam a uma acomodação, o resultado da comparação anual, que chegou a +22% em agosto, caiu para +2,4% no fechamento do mês passado, o que confirma o pico do ciclo de alta ter ficado para trás. A consultoria aponta como possíveis causas a queda nos estoques de híbridos e elétricos de menor preço, praticamente todos de origem chinesa, e o período eleitoral que costuma levar a uma cautela de quem pretende comprar ou trocar por um veículo novo.

A média diária de vendas de automóveis e comerciais leves (segmentos que somados significam 94% do total, restando 5% para caminhões e 1% para ônibus) é um bom termômetro para análises. Apontou 11.544 unidades comercializadas em outubro, contra 12.799 em setembro (-9,8%) e 10.787 em outubro de 2025 (+7,0%). No acumulado até outubro foram 209 dias úteis, um a menos que 2025. Assim, manteve-se o crescimento ainda robusto de 17,2%, bem maior que a média anual dos principais mercados ao redor do mundo. Entretanto, não foi feita agora uma previsão sobre novembro, dezembro e fechamento deste ano. Anfavea estima 3,1 milhões de veículos vendidos este ano, porém pode revisar em evento na próxima quarta-feira.

Uma referência no exterior é a Associação de Automóveis de Passageiro da China, a maior entidade do mundo e com propósito semelhante ao da Anfavea no Brasil, todavia sem incluir caminhões, ônibus e máquinas agrícolas. A previsão para fechamento em 2026 aponta venda anual de 18,5 milhões de unidades, o que representa uma queda de aproximadamente 22% em relação às 23,74 milhões comercializadas em 2025, rompendo uma sequência de cinco anos de alta. Não surpreende, portanto, a ordem de exportar e oferecer preços convidativos.

Impressões: City 2027 mudou pouco e tem versão RS

Honda mantém sua filosofia construtiva do compacto City desde o seu lançamento em 2009. Inicialmente com o mesmo conjunto mecânico do Fit, vendeu quase 250.000 unidades nos primeiros 10 anos. Para o ano-modelo 2027, além do hatch e sedã (cerca de 30% das vendas para o primeiro e 70% para o segundo), há a versão RS do hatch sem mudanças mecânicas, mas com apelo estético interessante a exemplo de teto e carcaças dos retrovisores em preto perolizado.

A marca japonesa promoveu uma primeira avaliação das duas versões, em rápida viagem de São Paulo a São Roque (SP). Embora sem mudanças mecânicas, motor flex 1.5 L, quatro cilindros, 126 cv (E/G), 15,8 kgf·m (E) e 15,5 kgf·m (G), mantém a diferenciação frente ao avanço dos motores de turbo de 1 L. Mantido câmbio automático CVT. Em termos de desempenho, de fato, não há tanta diferença em relação aos 1-L turbo majoritários no mercado e com imposto menor. Quando exigido em ultrapassagens, o nível de ruído sobe algo acima dos motores turbo, mas no uso cotidiano não chega a incomodar.

Quanto ao consumo de combustível (gasolina no tanque), o City se saiu bem. Mesmo exigido em alguns trechos, a média se manteve entre 16 e 17 km/L pelo computador de bordo, um resultado muito bom. Nova tela multimídia de 10 pol. tem interessante função de controle de volume de som com as pontas dos dedos e sem eliminar botões físicos. Há espelhamento sem fio para Android Auto e Apple CarPlay. O hatch mantém a solução que a Honda batizou de Magic Seat com quatro configurações bem interessantes do banco traseiro, embora com discreto aumento de massa do carro.

Único incômodo ao longo da avaliação preliminar: ao acionar a seta do lado direito, a imagem projetada na tela multimídia se sobrepõe ao mapa de percurso do Waze ou Google Maps. Ideal seria que não ocupasse toda a superfície da tela.

Preços: R$ 117.700 a R$ 156.400 (hatch); R$ 117.700 a R$ 154.300 (sedã).

Impressões: Arcfox T1 destaca-se pelo espaço interno

Os planos da BAIC no mercado brasileiro são audaciosos. Começam agora com 50 concessionárias, pretende triplicar a rede já em 2027 e fábrica no Brasil já em estudo. O Arcfox T1 impressiona por suas dimensões generosas, a começar pela distância entre-eixos de 2.770 mm (204 mm a mais que um Polo, por exemplo). O fabricante informa porta-malas de 459 litros, embora sem seguir o padrão VDA, mais realista para medir volumes. Ainda deve ganhar estepe e indica que o modelo chinês procurou adaptar-se ao comprador brasileiro. Por enquanto, ainda falta o prosaico cordão para levantar a tampa interna do porta-malas. Em compensação tem abertura elétrica, incomum neste segmento.

Enquanto seu estilo é discreto, o interior reserva espaço muito bom para um compacto de cinco lugares, inclusive no banco traseiro. Melhor até que outros modelos de segmento imediatamente superior. Bancos dianteiros confortáveis e de boa sustentação lateral. Botões físicos foram eliminados a exemplo de controles do ar-condicionado, ajuste de retrovisores e abertura do teto panorâmico. Também ausente suporte para Android Auto de forma nativa de fábrica. Acabamento interno e materiais são bons, compatíveis com o preço sugerido.

Avaliação inicial foi em trajeto curto de 14 km, realizado metade no modo Conforto e metade no modo Esporte. A diferença de calibração é bastante perceptível entre as duas opções. Este hatch elétrico não tem pretensão de se destacar pelo desempenho bem superior a modelos com motor a combustão, como quase sempre ocorre. Potência e torque discretos de 95 cv e 17,8 kgf·m, resultam aceleração de 0 a 100 km/h em 12,4 s (Polo, 10,5 s). Computador de bordo apontou bons 10,7 kW□h/100 km.

Sistemas Avançados de Assistência ao Motorista (Adas, na sigla em inglês) mostraram boa calibração, agradável de usar e a centralização de faixa funcionou bem. Quando exigida em curvas, a direção poderia ser um pouco mais comunicativa. Destaque para o assistente que diminui o diâmetro de giro em baixa velocidade para facilitar manobras.

Preços: R$ 129.990 a R$ 139.900.

Impressões: Omoda E5 muda visual e ganha novo motor

Frente com grade e para-choque redesenhados, além de lanternas traseiras e rodas de 18 pol. novas, o SUV cupê compacto da Omoda & Jaecco fica dimensionalmente próximo a modelos médios em razão do entre-eixos de 2.630 mm, comprimento, 4.424 mm e porta-malas, 372 L. Principal novidade é o motor dianteiro elétrico, que entrega 210 cv e 29,4 kgf·m. Há duas opções de bateria: 50,6 kW□h, na versão Elite e 60,9 kW□h, na Prestige. Recarga rápida pode chegar a 130 kW, com tempo de 16 minutos para passar de 30% a 80% (mais de duas horas, de 20% a 100%, em carregadores rápidos). Sempre bom relembrar: carro com motor a combustão repõe 50 litros em cerca de 1 min.

Por dentro, a principal mudança está no painel, que recebeu nova disposição dos comandos, quadro de instrumentos de 8,8 pol. e central multimídia de 15,6 pol. Alavanca de controle de marcha fica na coluna de direção, liberando espaço no console central. Há ainda teto solar elétrico, carregador de celular por indução, Android Auto e Apple CarPlay sem fio e câmera com visão de 540 graus. Versão de topo tem bancos dianteiros com ajustes elétricos, aquecimento, ventilação e massagem.

Pacote de segurança inclui sete airbags e 15 recursos de assistência ao motorista, reunidos no sistema Adas 2.5. Entre estes estão controle de cruzeiro adaptativo, monitoramento de ponto cego e assistente de prevenção de colisões.

No trânsito urbano, além do silêncio a bordo, responde prontamente ao acelerador como todo elétrico. A direção leve facilita manobras e contribui para uma condução tranquila. Suspensões aceitam bem as irregularidades do asfalto. Em viagem de São Paulo à Serra do Japi, confirmou acerto voltado ao conforto, todavia sem exagero, enquanto o motor destacou-se pelas respostas rápidas que facilitaram as ultrapassagens. Acelera de 0 a 100 km/h em 7,2 s.

Preços: R$ 159.990 a R$ 184.990.

(Colaborou Paulo Prado)

RESENHA ESPORTIVA



ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

Raphinha iguala marca histórica de Ronaldinho

INSTAGRAM



Raphinha segue escrevendo seu nome na história do Barcelona. Com dois gols na vitória por 3 a 0 sobre o Aston Villa, o brasileiro chegou a 94 tentos pelo clube catalão e igualou a marca de Ronaldinho Gaúcho. O feito ganha ainda mais destaque quando comparados os números: Raphinha precisou de 190 partidas, enquanto Ronaldinho alcançou a mesma marca em 207 jogos. Em grande fase, o atacante agora mira posições ainda mais altas entre os brasileiros que mais marcaram pelo Barcelona. Neymar e Evaristo de Macedo aparecem à sua frente, ambos com 105 gols, enquanto Rivaldo lidera a lista, com 130. A temporada de Raphinha reforça o excelente momento vivido pelo jogador. Diante do Aston Villa, marcou aos seis e aos 18 minutos do segundo tempo, chegando a 19 gols em apenas 13 partidas na temporada. Mais do que igualar um ídolo, o brasileiro demonstra que tem condições de alcançar marcas ainda maiores e consolidar seu próprio legado no clube.

LIVERPOOL



Liverpool coloca Maceió em destaque nas redes sociais

O Liverpool começou o dia em clima nordestino. Para divulgar o confronto contra o Fenerbahçe, pela 4ª rodada da Champions League, o clube inglês publicou uma montagem com Florian Wirtz e o capitão Virgil van Dijk caminhando pela maré baixa no Farol da Ponta Verde, um dos cartões-postais de Maceió. A iniciativa faz parte da estratégia de aproximação com torcedores de diferentes países. Além de manter perfis específicos em redes sociais, o Liverpool conta com uma equipe de comunicação dedicada ao Brasil e a outros países de língua portuguesa, responsável por produzir conteúdos regionais. Nas últimas três rodadas da competição, o clube utilizou cenários turísticos de Manaus, Salvador e Ilha do Sal, em Cabo Verde. Em anos anteriores, também fez referências ao Carnaval de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. As publicações costumam mobilizar torcedores brasileiros, que reagem com comentários, curtidas e compartilhamentos.

Kaká é eternizado pelo Milan

INSTAGRAM



Kaká viveu mais um momento marcante de sua história com o Milan. Homenageado pela entrada no Hall da Fama do clube, o ex-jogador brasileiro retornou ao San Siro e se emocionou com o carinho da torcida antes do clássico contra a Inter de Milão, vencido pelos rossoneri por 3 a 1. No gramado, recebeu uma placa comemorativa e foi ovacionado pelos torcedores. Em agradecimento, repetiu sua tradicional comemoração, erguendo os braços para o céu. Uma cena que reforça o tamanho de sua identificação com o clube italiano. A homenagem, anunciada em maio, reconhece uma trajetória que merece respeito. Kaká defendeu o Milan entre 2003 e 2009 e retornou na temporada 2013/14. Conquistou títulos importantes, incluindo a Liga dos Campeões e o Mundial de Clubes de 2007. Foi naquele mesmo ano que alcançou o auge da carreira, conquistando a Bola de Ouro e o prêmio de melhor do mundo da Fifa. Mais do que títulos e prêmios, Kaká deixou uma marca que o tempo não apagou: seu nome segue entre os grandes da história do Milan.

Clubes alertam STF sobre perdas com fim das bets

AGÊNCIA BRASIL



O possível fim das apostas esportivas online acendeu um alerta entre clubes brasileiros, que levaram ao STF uma preocupação financeira de grandes proporções. As equipes alegam que firmaram contratos amparados pela legislação vigente e agora podem enfrentar perdas milionárias com a mudança nas regras. O Flamengo é um dos clubes que demonstram preocupação. O vice-presidente Flávio de Araújo Willeman afirmou que o planejamento financeiro da instituição para os próximos anos considerou a regulamentação anterior. Segundo ele, o rompimento dos contratos pode representar uma perda anual de aproximadamente R$ 430 milhões. A discussão vai além do interesse financeiro dos clubes e levanta uma questão importante: até que ponto mudanças na legislação podem comprometer acordos firmados legalmente? Willeman também defendeu que eventuais problemas no setor sejam enfrentados com fiscalização e regulamentação mais eficientes, em vez de uma proibição total.



ABC DO INTERIOR

robertobaiabarros@hotmail.com

Transição de governo

O governador Paulo Dantas (MDB) oficializou a indicação de Antônio Carvalho e Silva Neto para integrar a equipe de transição do Governo de Alagoas, após indicação do governador eleito João Henrique Caldas (JHC). A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado na última terça-feira, 3, por meio de edição suplementar. A medida busca facilitar a organização dos trabalhos entre a atual e a futura administração estadual.



Consulta financeira

O representante terá acesso ao sistema SIAFE/AL, que reúne informações sobre orçamento, contabilidade e finanças públicas do Estado, permitindo consultar dados da administração. Entretanto, não poderá alterar registros ou realizar operações financeiras. Para utilizar a plataforma, deverá assinar um termo de confidencialidade, que também proíbe o envio de informações sigilosas a ferramentas de inteligência artificial, sob risco de sanções legais.

Foi condenado

Anderson Gonçalves foi condenado a 67 anos e quatro meses de prisão pelo estupro e assassinato de Cícera Laura da Silva, de 47 anos. A sentença foi anunciada na quarta-feira, 4, durante julgamento pelo Tribunal do Júri, no Fórum de Arapiraca, no Agreste de Alagoas. O réu foi responsabilizado pelos três crimes analisados durante a sessão.

Histórico criminal

Na decisão, o magistrado destacou a periculosidade concreta do condenado, considerando os antecedentes apresentados no processo. Natural do Rio Grande do Sul, Anderson é reincidente em crimes de estupro e já havia cumprido pena por esse tipo de delito. Além disso, possui registro criminal por roubo no estado de origem. Essas informações foram mencionadas durante o julgamento na análise da situação do réu.

Investigação policial

O assassinato aconteceu no Bosque das Arapiracas, em 6 de janeiro deste ano, quando Cícera realizava uma caminhada. Anderson foi preso no dia seguinte, em uma serralharia no bairro Alto do Cruzeiro, onde trabalhava. Durante a investigação, a Polícia Civil apreendeu roupas e outros objetos que teriam sido utilizados no crime. Após a prisão, outras duas mulheres também procuraram a polícia para denunciar supostos casos de importunação sexual atribuídos ao condenado.

Operação policial

A Polícia Civil de Alagoas realizou, nas primeiras horas de quinta-feira, 5, a 9ª etapa da Operação Cerco Fechado, que resultou na prisão de sete pessoas e no registro de uma intervenção policial. A ação teve como objetivo cumprir 25 mandados judiciais de prisão, busca e apreensão contra pessoas investigadas por diferentes crimes, com diligências em Maceió e cidades do interior alagoano.

Ação integrada

Coordenada pelo delegado Roberto Batista, a operação reuniu equipes de diversas unidades especializadas da Polícia Civil, incluindo setores de inteligência, repressão ao crime organizado, homicídios e operações táticas. As equipes contaram também com o apoio do Serviço Aeropolicial, responsável pelo monitoramento aéreo das diligências. Os presos e os materiais apreendidos foram encaminhados às centrais de polícia judiciária para os procedimentos legais.

Gastos públicos

Seis municípios de Alagoas apresentam despesas com servidores acima dos índices de segurança previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AL), referente ao primeiro semestre de 2026. Paripueira registrou a situação mais preocupante, com 55,98% da Receita Corrente Líquida comprometida com a folha de pagamento, ultrapassando o teto legal de 54%. Pilar, com 53,01%, e Campo Alegre, com 51,73%, também atingiram o limite prudencial. Já Maribondo (50,85%), Chã Preta (50%) e Maragogi (48,89%) aparecem na faixa de alerta.

Limites legais

O relatório foi elaborado com informações do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional.
De acordo com a LRF, quando os gastos alcançam 90% do limite permitido, o Tribunal de Contas deve alertar os gestores. Ao atingir 95%, passam a valer restrições, como impedimentos para conceder reajustes, criar cargos e contratar servidores, salvo exceções legais.

PELO INTERIOR

... A Justiça de Alagoas concedeu liberdade provisória ao homem investigado pela morte de Edineide Oliveira, de 39 anos, assassinada com um golpe de peixeira na última segunda-feira, 2, em Penedo. A decisão foi publicada na última quarta-feira, 4, pela 4ª Vara Criminal.

... O magistrado considerou que não havia elementos concretos para manter a prisão preventiva, destacando que a gravidade do crime, isoladamente, não justifica a medida. O investigado não possui antecedentes criminais e não apresenta indícios de envolvimento com organizações criminosas.

... Apesar da liberação, ele deverá comparecer mensalmente à Justiça e não poderá deixar o município sem autorização. Durante o interrogatório, confessou o golpe, mas alegou que pretendia atingir outro homem e que Edineide acabou sendo atingida ao entrar na frente.

... A organização do 5º Encontro de Carros Antigos de Arapiraca agradeceu publicamente ao prefeito Luciano Barbosa pelo apoio à realização do evento. A iniciativa reúne colecionadores e admiradores de veículos clássicos de diversas regiões.

... Além de valorizar a história automobilística, o encontro contribui para o turismo e movimenta setores como comércio, hotelaria e gastronomia. A programação também oferece lazer e entretenimento gratuito para moradores e visitantes.

... A próxima edição acontecerá nos dias 13 e 14 de novembro de 2026, no Lago da Perucaba, em Arapiraca. O evento é organizado pelo Antigos Arapiraca e busca fortalecer a cultura automobilística na região.

... Um incêndio de grandes proporções atingiu uma área de vegetação às margens do Lago da Perucaba, em Arapiraca, na noite de quarta-feira, 4. A fumaça intensa chamou a atenção dos moradores e provocou preocupação na região.

... O Corpo de Bombeiros foi acionado e conseguiu controlar as chamas, impedindo que o fogo se espalhasse ainda mais. Apesar da mobilização, não houve informações sobre feridos ou danos maiores.

... As causas do incêndio ainda são desconhecidas e não há confirmação sobre possível ação criminosa. O episódio reforça o alerta para os riscos de queimadas, principalmente em períodos de estiagem e vegetação seca.

... Desejamos aos leitores um ótimo final de semana. Até a próxima edição!

MEIO AMBIENTE



José Fernando Martins
josefernandomartins@gmail.com

Combustíveis fósseis

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Mais de 70% dos subsídios federais ao setor de energia no Brasil foram destinados no ano passado aos combustíveis fósseis, cujo uso é o principal causador do aquecimento global e dos eventos climáticos extremos que se tornam mais frequentes a partir dele. A conclusão consta da 9ª edição do Monitoramento dos Subsídios Federais às Fontes de Energia no Brasil, estudo produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).Apesar de ainda menores, os subsídios às energias renováveis, como a solar e a eólica, saltaram 20,89% apenas em 2025. Segundo os pesquisadores, o Brasil gastou R$ 77,16 bilhões em subsídios federais ao setor de energia no ano passado. Desse total, R$ 54,12 bilhões, o equivalente a 70,14%, foram para setores como os de petróleo, gás natural e carvão vegetal. A fatia que foi destinada aos produtores de energia renovável, como a eletrificação de transportes e a geração de energia eólica e solar, foi de R$ 23,04 bilhões. Na prática, para cada R$ 1 destinado a essas fontes renováveis, R$ 2,35 foram para os combustíveis fósseis.

EXÉRCITO BRASILEIRO



EXPLORAÇÃO DA MADEIRA

O estado do Pará registrou 60.664 hectares de exploração madeireira entre agosto de 2024 e julho de 2025, a maior área desde o ciclo 2019-2020. Além disso, o resultado representa um aumento de mais de 40% em relação ao ciclo anterior, de agosto de 2023 a julho de 2024. Divulgados na quarta-feira (4), os dados são do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), da Rede Simex, formada por três instituições de pesquisa ambiental: Imazon, Instituto Centro de Vida (ICV) e Imaflora. Os pesquisadores cruzaram os registros de áreas de exploração madeireira, identificados por meio de imagens de satélite, com as autorizações para a atividade emitidas pelos órgãos competentes. Do total mapeado, 41.538 hectares (68%) foram explorados em áreas autorizadas e 19.126 hectares (32%) de forma ilegal. O levantamento mostrou ainda que, enquanto a atividade autorizada cresceu mais de 83% em relação ao último ciclo, a realizada sem autorização diminuiu cerca de 6%. Segundo a pesquisadora do Imazon Camila Damasceno, a redução da extração ilegal é algo positivo. No entanto, a área ainda representa uma extensão equivalente a mais de 19 mil campos de futebol de florestas afetadas.

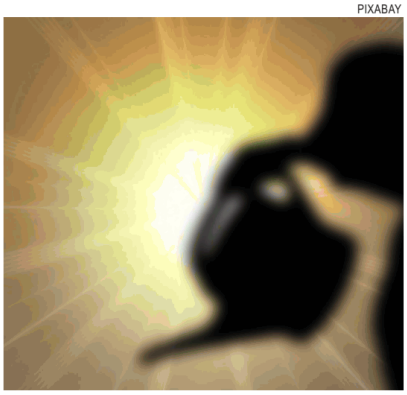
VEGETAÇÃO NAS FAVELAS

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



A área urbanizada em favelas e comunidades no Brasil passou de 60,2 mil hectares para 151,7 mil hectares entre os anos de 1985 e 2025. A vegetação existente em cada hectare urbanizado nas comunidades caiu de 0,060 para 0,040 no mesmo período. Embora as pessoas associem favelas com áreas urbanas, nem todas são caracterizadas dessa forma, por não terem alta concentração de edificação, vias de circulação e infraestrutura. Os dados são de um novo recorte da Coleção 11 de mapas anuais de cobertura e uso da terra no Brasil do MapBiomas, divulgado na quarta-feira (4). Segundo Júlio Cesar Pedrassoli, coordenador do tema Urbano, o estudo demonstra que o encolhimento das áreas verdes em favelas as torna mais suscetíveis aos eventos climáticos adversos. “Para adaptar as cidades às mudanças climáticas, precisamos olhar para onde o verde se perdeu e onde os territórios ficam mais expostos, e esse mapa precisa incluir as favelas”, diz. Em 1985, as favelas tinham 43% mais vegetação intraurbana do que as demais áreas urbanas do país. Em 2025, a situação se inverteu e a disponibilidade de vegetação intraurbana nas favelas era 15% menor do que nas demais áreas urbanizadas.

PIXABAY



EL NIÑO AUMENTA O CALOR

O El Niño de 2026 atingiu mais um marco histórico de aquecimento, de acordo com dados divulgados na tarde da terça-feira (3) pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). No mês de outubro, a temperatura da superfície do mar na área do El Niño 3.4 registrou uma anomalia positiva de 2,47 graus Celsius (°C), o maior para esse mês e que configura o fenômeno como muito forte. Na área do El Niño 3, que de acordo com o Inmet é de grande influência para o clima na América do Sul, a anomalia mensal foi de 3,56 □. Ambas as áreas estão localizadas no Oceano Pacífico. A análise dos dados semanais, cuja série tem início em 1981, também evidencia, segundo o Inmet, valores extremos em outras regiões de monitoramento do Pacífico Equatorial. Na área El Niño 1+2, localizada na costa do Peru e Equador, na última semana de outubro a anomalia atingiu +4,6 °C, igualando o maior valor de toda a série semanal, registrado em junho de 1983. Essa área tem baixa influência no clima do Brasil. Já na El Niño 3, a anomalia chegou a +3,7 °C na última semana de outubro, estabelecendo um novo recorde na série semanal e superando o valor anterior de +3,6 °C, registrado em dezembro de 1982.



CULTURA EM FOCO

AGNES TORRES
agnestalmeida@gmail.com

Além da criação: os gargalos das cadeias produtivas no setor criativo de Alagoas

Entender a economia da cultura em Alagoas exige deslocar o olhar do trabalho criativo isolado para o ecossistema que a sustenta. Para que um bem simbólico se consolide como ativo econômico, ele precisa percorrer um ciclo contínuo que envolve criação, produção, distribuição e consumo. No entanto, a realidade do setor cultural revela que a maior dificuldade dos fazedores de cultura não está na capacidade de criar, mas na fragilidade dos elos que deveriam conectar a produção ao mercado e à geração de renda permanente.

O ecossistema cultural

Diferentemente das indústrias tradicionais, o setor cultural opera como uma rede interdependente de atores e processos, aproximando-se da ideia de ecossistema formulada por teóricos como Andy Pratt. Nesse sistema, a ausência ou a interrupção de um único elo compromete a sustentabilidade de todo o ciclo.

Produzir um espetáculo ou gravar um álbum, por exemplo, sem dispor de redes estruturadas de difusão e comercialização limita a circulação da obra e inviabiliza o retorno financeiro do trabalhador da cultura.

Hierarquias e assimetria entre setores

Os diferentes setores de consumo não disputam recursos em igualdade de condições. A tecnologia, o turismo e os produtos de consumo imediato atraem quase todo o investimento e a atenção dos gestores, deixando os demais segmentos às margens do mercado.

Por outro lado, manifestações culturais de matriz popular e periférica — a exemplo do coco de roda, do guerreiro, do pastoril e da capoeira em Maceió — mantêm forte valor simbólico e mobilização territorial, mas enfrentam sérias dificuldades para converter essa riqueza em renda contínua e inserção formal nas cadeias produtivas.

Informalidade, fragmentação e invisibilidade nos dados públicos

Conforme apontam diagnósticos do Observatório de Políticas Culturais da UFBA, a fragmentação e a informalidade constituem marcas históricas da cultura brasileira, intensificando-se em territórios de menor infraestrutura. Grande parte dos artistas, artesãos e produtores alagoanos atua de forma autônoma e desarticulada de canais de distribuição mais amplos.

Essa atuação fora dos circuitos formais gera um ciclo de invisibilidade: o que não aparece nas estatísticas oficiais fica de fora da formulação de políticas públicas e do orçamento estatal. A consequência direta é a dependência crônica de editais pontuais, da sazonalidade e de eventos esporádicos.



Informalidade e subnotificação do trabalho

A economia da cultura em Alagoas esbarra em um paradoxo estrutural que afeta diretamente a formulação de políticas públicas e a destinação de investimentos: o abismo entre a dinâmica real da produção artística e a forma como ela é contabilizada pelas estatísticas oficiais. A informalidade não constitui um desvio pontual, mas uma característica estruturante do ecossistema cultural brasileiro e alagoano.

A ausência de vínculos formalizados impede que a maioria dos trabalhadores da cultura acesse mecanismos básicos de proteção social e previdenciária. Essa invisibilidade histórica foi escancarada durante a pandemia de covid-19: ao abrirem cadastros emergenciais de auxílio financeiro, como os viabilizados pela Lei Aldir Blanc, os órgãos públicos se depararam com uma quantidade de fazedores de cultura muito superior à que constava nos registros oficiais do Estado.

O processo não representou um surgimento repentino de artistas, mas a revelação tardia de um contingente produtivo que já existia e atuava na informalidade sem qualquer reconhecimento estatístico.

Caminhos para a integração mercadológica e políticas públicas

Superar esse cenário exige ressignificar o papel dos indicadores econômicos, combinando-os com leituras aprofundadas do território e metodologias que integrem o formal e o informal, o valor econômico e o valor social.

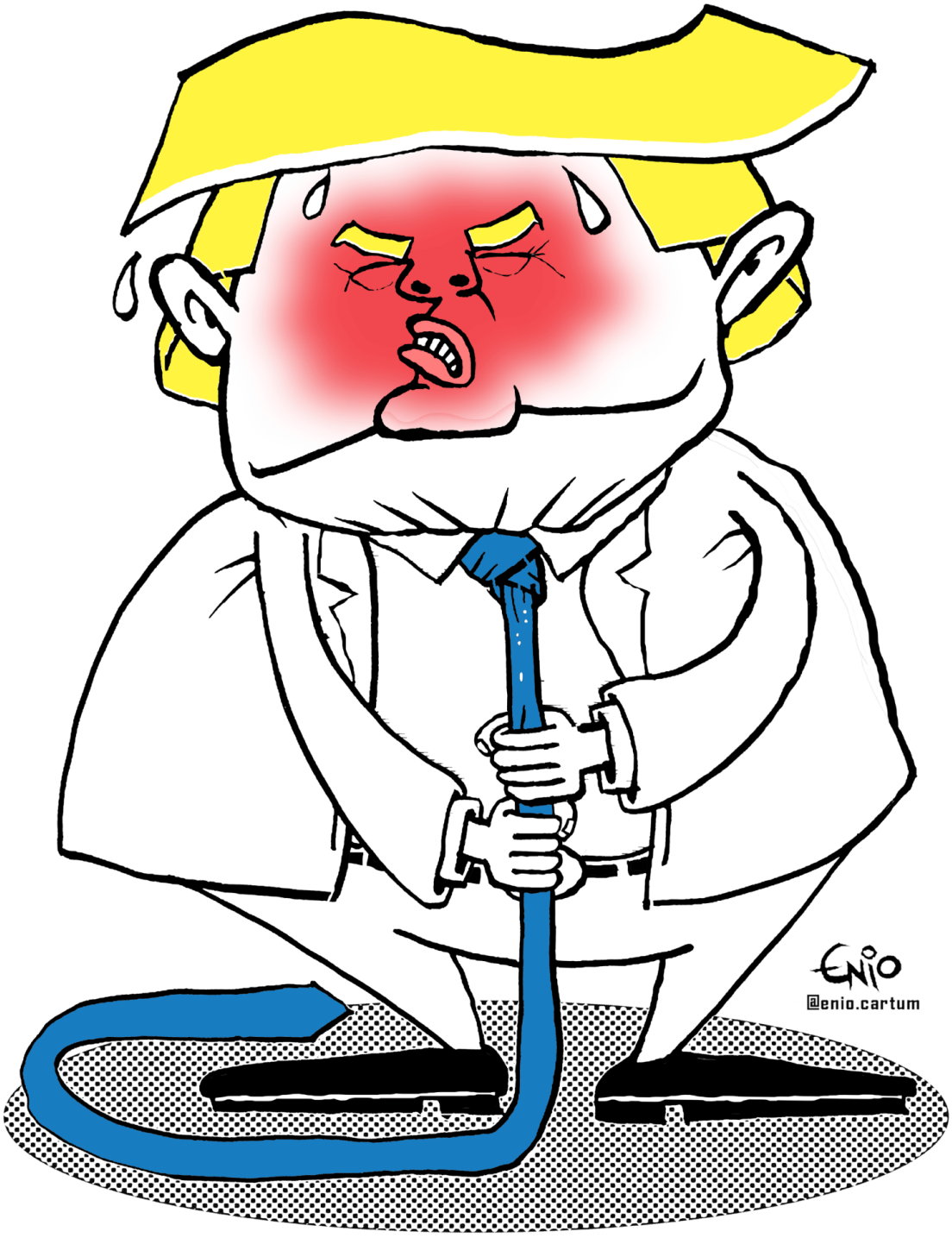
Essa análise territorial escancara uma assimetria profunda: regiões e setores com maior infraestrutura, investimentos constantes e acesso a redes de difusão conseguem transformar potencial criativo em renda com muito mais facilidade. Em Maceió, essa disparidade é evidente na forte concentração de recursos e na carência de políticas públicas contínuas de fomento. Trata-se de um gargalo de oportunidade e justiça distributiva, e não de falta de capacidade artística local.

Esses entraves exigem, portanto, substituir o incentivo isolado à criação por estratégias de desenvolvimento sistêmicas. Apoiar apenas a etapa inicial de concepção das obras não resolve o problema da sustentabilidade se as fases de distribuição, escoamento e acesso ao público continuarem desassistidas.

As políticas públicas e os investimentos privados precisam atuar diretamente nos pontos de interrupção do ciclo produtivo: descentralizando recursos, garantindo infraestrutura física e digital de difusão, fortalecendo os canais locais de comercialização e permitindo que o valor financeiro gerado retorne de maneira equitativa a quem produz.

Afinal, a cultura não carece de dinamismo econômico ou talento criativo; ela sofre com falhas de mensuração, desigualdade de acesso e falta de mediação institucional. A economia do setor abrange também dinâmicas imateriais que desafiam contabilidades simplistas: a força simbólica, a transmissão viva de saberes tradicionais, o impacto comunitário e o pertencimento territorial dificilmente cabem em estatísticas financeiras convencionais, embora constituam o coração da produção cultural.

Reduzir a política cultural a números frios é ignorar sua essência e complexidade. Isso, no entanto, não significa abandonar os indicadores econômicos, mas sim expandi-los e articulá-los a leituras aprofundadas dos territórios.


ENIO
@enio.cartum